



Universiteit
Leiden
The Netherlands

Migração de Retorno, Identidade e Transnacionalismo

Rompay-Bartels, I.M.M. van

Citation

Rompay-Bartels, I. M. M. van. (2015, February 26). *Migração de Retorno, Identidade e Transnacionalismo*. Retrieved from <https://hdl.handle.net/1887/32077>

Version: Corrected Publisher's Version

License: [Licence agreement concerning inclusion of doctoral thesis in the Institutional Repository of the University of Leiden](#)

Downloaded from: <https://hdl.handle.net/1887/32077>

Note: To cite this publication please use the final published version (if applicable).

Cover Page



Universiteit Leiden



The handle <http://hdl.handle.net/1887/32077> holds various files of this Leiden University dissertation.

Author: Van Rompay-Bartels, Ingrid Monique Maria

Title: Migração de Retorno, Identidade e Transnacionalismo: Famílias nipo-brasileiras e as experiências de vida entre o Brasil e o Japão

Issue Date: 2015-02-26

Capítulo 2

A migração japonesa para e no Brasil

O presente capítulo insere uma análise histórica das diferentes fases da migração japonesa para o Brasil, e do seu processo de integração e assimilação. Fases históricas que são marcadas e caracterizadas pela influência e repercussão das mudanças nas políticas de governo desses dois países.

É dentro desses cenários heterogêneos, marcados por transições e transformações, que se investiga como os imigrantes japoneses e seus descendentes buscaram um espaço dentro da sociedade brasileira. Busca-se assim os contextos que interagiram na construção da identidade dos descendentes dos imigrantes japoneses no Brasil. Essa análise é imprescindível neste estudo dado que, apesar de os descendentes de japoneses terem assimilado a cultura brasileira e integrado no Brasil, compreende-se que ainda assim eles continuam mantendo a associação e os vínculos com a identidade japonesa. Vínculos com a identidade dos ancestrais que servem de base para o fenômeno migratório do “retorno”. É dentro dessa abordagem que se tem a avaliação das medidas, que causam a construção do paradoxo desse fenômeno migratório.

Os resultados deste capítulo mostram o delineamento desse processo político, econômico e sociocultural que forma o eixo de reflexão no paradoxo da construção da identidade dos nipo-brasileiros no Brasil e no Japão.

2.1 A migração japonesa

Parte do debate do estudo da migração de retorno se reflete na passagem histórica da migração japonesa para o além-mar, que é proporcionada a partir da reforma *Meiji* em 1868. Através dessa reforma o sistema hereditário de formas de poder e controle do Japão passam por mudanças drásticas (Totman, 1983: 57) determinando o fim do sistema feudal. A revogação do xogunato de Tokugawa (*bakufu*) leva ao desaparecimento do sistema baseado nos samurais e nas formas de controle exercidas pelos *daimyo* ou domínios (*han*), que regem no Japão de norte a sul (Jansen, 2000: 49), surgindo assim uma nova forma unificada de política de governo (Totman, 1983: 57; Hashimoto 1995: 48-66), a qual não ocorre simultaneamente em todas as partes no Japão (Hane, 1983: 29). Entretanto, é a Reforma *Meiji*

(1868) que propicia a emigração internacional do Japão através da legalização do processo migratório (Roth, 2002: 20).

Essa migração passa a ser incentivada no Japão como uma das soluções aos problemas de natureza socioeconômicas que regiam no Japão, principalmente nas zonas rurais nessa época (Tajiri e Yamashiro, 1992: 28-31). As motivações em torno do movimento emigratório são associadas à falta de oportunidade de trabalho no país, tendo como resultado o excedente número de desempregados. Segundo Tsukamoto (1973: 18) o maior contingente de migrantes era formado pelos trabalhadores excedentes das zonas rurais, que possuíam pouca perspectiva de trabalho e de bem-estar nos seus locais de origem.

Nakane (1967) analisa na sua obra *Kinship and Economic Organization in Japan* o movimento migratório tanto nacional quanto internacional e constata que a maior parte dos migrantes que deixaram as zonas rurais eram os segundos ou terceiros filhos das famílias japonesas, uma vez que apenas o filho primogênito herda as terras dos pais. Segundo Saito (1961: 66) outras possibilidades de se ter uma perspectiva melhor de vida fora da zona rural eram através do magistério, da carreira militar, do funcionalismo e da emigração além-mar. Contudo, essas interpretações não consideram motivos pessoais, estendendo assim uma explicação generalizada sobre a motivação em torno da emigração.

A partir da reforma *Meiji* muitos japoneses passam a migrar para a ilha de Guam, Havaí, e Califórnia nos Estados Unidos em busca de trabalho (Roth, 2002: 20). Logo após, para o Canadá, Peru e posteriormente para o Brasil, enquanto, muitos outros japoneses passaram a migrar na época para as colônias japonesas na Ásia, ou seja, Coreia (1910), Taiwan e por último Manchúria (1934). A diferença é que os migrantes que foram recrutados para as colônias da Ásia migraram com o intuito de defesa e controle dos territórios conquistados pelo Império Japonês, enquanto os das Américas foram como trabalhadores contratados para suprir a demanda da mão de obra no mercado em desenvolvimento, cujo o objetivo era o enriquecimento (Tsukamoto, 1973: 18; Staniford, 1973: 38-39). Um outro ponto com relação à diferença desses movimentos migratórios se constata com o final da segunda Guerra Mundial, quando a maior parte dos imigrantes das colônias na Ásia do Império Japonês foram repatriados, o que não ocorre nas Américas, nos países receptores dos imigrantes japoneses (Roth, 2002: 21).

Na época constata-se que algumas autoridades japonesas passaram a estimular a emigração dos japoneses rurais, principalmente dos empobrecidos e desempregados, que

possuíam conhecimento de técnicas de horticulturas para irem trabalhar sob contrato no além-mar para juntar dinheiro e retornar ao Japão (Staniford, 1973: 42). Ademais, foram incluídos os migrantes que não eram os sucessores das famílias, e que buscavam melhores perspectivas de vida através da migração internacional (Staniford, 1973: 42). Segundo Ono (1973: 130) esse estímulo em torno desses emigrantes levou à conotação negativa e interpretação limitada em torno do movimento emigratório.

A motivação dos migrantes que partiram para as Américas era o de uma migração temporária, cuja base era o sonho do retorno e do sucesso (Tsukamoto, 1973: 18-19), como em muitos casos de migração temporária.

Com o decorrer do tempo a migração japonesa para os Estados Unidos, o Havaí a partir de 1900, passou a ser em larga escala. Além disso, os japoneses passaram a ser competidores no mercado americano, desencadeando a reação negativa dos americanos brancos perante a presença dos “quistos” de asiáticos (Staniford, 1973: 41). Esse quadro foi agravado com o crescimento e sucesso do Japão na Ásia, com as colônias do Império Japonês, passando a ser visto como o “perigo amarelo” (Tajiri e Yamashiro, 1992: 35). Esse contexto resulta no contrato *Gentlemen’s Agreement* em 1907, no qual se proibia a entrada de novos imigrantes japoneses nos Estados Unidos (Nogueira, 1973: 33) e Havaí, apesar de se compreender que essa migração se estende até 1924 através da chamada *pictures brides* (Cardoso, 1995: 154). Ao todo, é com o Ato da Imigração de Quotas em 1924, que as portas dos Estados Unidos, e Havaí, são definitivamente fechadas para a migração japonesa. Ao mesmo tempo torna-se evidente a busca de outras alternativas para a emigração japonesa.

2.2 O Brasil e o discurso sobre as migrações

No discurso do quadro das migrações entre o século XIX e XX no Brasil rege a ideologia do embranquecimento da elite na política brasileira, dando preferência à migração europeia (Skidmore, 2010: 82-83). Parte significativa dessa meta se reflete na discussão em torno da introdução da imigração chinesa como possibilidade para se substituir o trabalho escravo após a abolição da escravatura (Nogueira, 1992: 43). Dois argumentos centrais emergiram indo contra essa migração: o primeiro refere-se ao medo da concorrência econômica, e o segundo, ao medo de uma mistura étnica (Lesser, 1999: 25).

Na época ser “branco” favorecia a questão de inclusão da “raça” brasileira (Skidmore, 2010: 83). Entretanto, a configuração ou a definição do que representa ser “branco” não era

algo nítido e fixo, e tal complexidade é constatada durante as mudanças que ocorreram desde a metade do século XIX e XX. De acordo com Lesser (1999: 33):

Taunay's anti-Chinese discourse contained two components that would soon become official Brazilian social policy. The first was a ban on all Chinese entry, codified in 1890 as a prohibition on the entry of all Asians and Africans without congressional approval. The second posited that immigrants need not speak Portuguese or follow Brazilian religious norms to be useful to development. Of course Taunay had Germans, not Chinese in mind, but such policies would create spaces, however unintended, for other non-European groups (like Arabs and Japanese).

Essas medidas dão a entender que as restrições feitas para a migração chinesa e africana proporcionaram indiretamente o início da história da migração dos japoneses e dos sírio-libaneses para o Brasil.

2.3 O início da migração japonesa

No início do século XX a economia do Brasil emergia novamente, após ter enfrentado o problema da crise do café, resolvida através da política de “valorização” de 1906 do governo brasileiro. Após essa resolução, as lavouras cafeeiras, que eram a base da economia brasileira na época, voltaram a ser expandidas no oeste paulista, gerando uma grande demanda de trabalhadores (Suzuki, 1969: 13). Outro aspecto importante nessa época é que a migração europeia para o Brasil baixava drasticamente (Skidmore, 2010: 83). Além disso, a mobilidade dos imigrantes europeus e a instabilidade da mão de obra tornaram-se um problema para os fazendeiros das lavouras cafeeiras no Brasil (Nogueira, 1973: 59). Por essa razão os fazendeiros produtores de café colocaram o governo brasileiro na época sob pressão, levando-o a buscar outras soluções (*ibid.*). Após um período de restrição o governo brasileiro resolve formalizar e legalizar a migração japonesa para o Brasil, promovida pelo governo japonês como sendo os “brancos” da Ásia (Lesser, 2003: 5; Skidmore, 2010: 83).

Estabelece-se que os japoneses poderiam migrar para o Brasil como imigrantes de caráter temporário. Além disso, seriam subsidiados pelo governo do Estado de São Paulo com as seguintes condições de imigração: a) deveriam ser agricultores, b) formar uma família composta por um mínimo de 3 pessoas e c) em condições de trabalho (Saito, 1961:63-68). A segunda condição mencionada acima é o que distingue a migração japonesa que foi para o Brasil das outras que foram para o Haváí, Canadá, Estados Unidos e Peru, nas quais prevalecia a migração de homens adultos, sós (Cardoso, 1995: 152).

Em 18 de junho de 1908 a imigração japonesa no Brasil torna-se um fato com a chegada do navio japonês *Kasato Maru*,²⁵ que atraca no porto de Santos com a primeira leva de 781 imigrantes japoneses sob contrato (Maeyama, 1996: 177; Roth, 2002: 21).

Convém notar que a migração japonesa não era a única na época. Ilustra-se na tabela a seguir os outros principais grupos de imigrantes, desde o final do século XIX.

Tabela 1: Imigrantes que entraram no Brasil de 1880-1969.²⁶

Nacionalidade Período	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Migrantes do Oriente Médio	Outros
1880-1889	104,690	277,124	30,066	18,901	-	-	17,841
1890-1899	219,353	690,365	164,293	17,084	-	4,215	103,017
1900-1909	195,586	221,394	113,232	13,848	861	26,846	50,640
1910-1919	318,481	138,168	181,651	25,902	27,432	38,407	85,412
1920-1929	301,915	106,835	81,931	75,801	58,284	40,695	181,186
1930-1939	102,743	22,170	12,746	27,497	99,222	5,549	62,841
1940-1949	45,604	15,819	4,702	6,807	2,828	3,351	34,974
1950-1959	241,579	91,931	94,693	16,643	33,593	16,996	87,633
1960-1969	74,129	12,414	28,397	5,659	25,092	4,405	47,491
Total	1,604,080	1,576,220	711,711	208,142	247,312	140,464	671,035
	31%	30%	14%	4%	5%	3%	13%

Fonte: Brazil (sic) Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, Quadros estatísticos, resumo anual de estatísticas econômicas, 1932-1939 (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941), pp. 80-82; Brazil, "Discriminação por nacionalidade dos imigrantes entrando no Brasil no período de 1884-1939," *Revista de Imigração e Colonização* 1, no. 3 (July 1940): 617-642; Armin K. Ludwig, *Brazil: A Handbook of Historical Statistics* (Boston: G.K. Hall, 1985), pp.104-106; Maria Stella Ferreira Levy, "O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)," *Revista Saúde Pública* sup. 8 (1974): 71-73 (apud Lesser, 1999: 8).

²⁵ Handa (1980: 4) esclarece na sua biografia, que o total de imigrantes no navio *Kasato Maru* era de 800 pessoas, distinguindo e citando que o total de 781 imigrantes correspondia ao número oficial de pessoas que entraram no Brasil *sob contrato*, excluindo assim os outros 19 passageiros.

²⁶ Nota: Segundo essa nota de Lesser, a categoria dos migrantes do Oriente Médio compreende diversas nacionalidades. Até 1903 os migrantes oficiais, segundo os dados, eram os turcos e os sírios. Em 1908 são adicionados os egípcios e marroquinos. Em seguida, os algerianos, armênios, iraquianos, palestinos e persas. Em 1926 a categoria libanesa foi acrescentada, e logo após, ocorre um declínio do número de pessoas que entravam como turcos. Em 1954 acrescenta-se as categorias dos iranianos, israelitas, jordanianos e turco-árabes (Lesser, 1999: 8).

2.3.1 A fase experimental da imigração japonesa de 1908 a 1924

Os colonos japoneses que migraram para o Brasil formavam as chamadas famílias “compostas”, as quais restringiam ao mínimo a porcentagem de velhos, mulheres e crianças (Saito, 1961: 65).

Essa formação artificial era característica dos primeiros contingentes de imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil como colonos nas fazendas de café com as passagens pagas pelo governo brasileiro, caracterizando essa fase de 1908 a 1924 como experimental (Saito, 1961: 39-40).

Nessa época os japoneses contratados como colonos foram confrontados com diversos tipos de problemas. Resumindo, pode-se nomear os confrontos com as outras nacionalidades, como alemães e italianos, com os quais foram inseridos nas fazendas de café, gerando problemas com relação às diferenças de idiomas e costumes de que não tinham conhecimento (Ono, 1973: 133-134). Outros problemas eram o mal tratamento dentro das fazendas, o qual era característico de uma economia com resquícios de uma base escravocrata, assim como a má qualidade de vida que eles tinham como migrantes nas fazendas de café (Tsukamoto, 1973: 18-19). Acrescenta-se nesse quadro os problemas dos salários baixos, principalmente ao se comparar com os salários dos migrantes que foram para o Canadá e para os Estados Unidos, mostrando que o objetivo de enriquecimento rápido no Brasil era inviável para esses japoneses (Tsukamoto, 1973: 19).

Com o passar do tempo, muitos dos imigrantes das primeiras levas conseguiram ascender de status, por meio de parceria com fazendeiros, e mais tarde como empreiteiros, tornando-se finalmente, após anos de experiência, proprietários de cafezais, independentes. Dentro dessa diversidade de imigrantes japoneses, uma outra parte se dirigiu para outras lavouras de culturas anuais, em terras arrendadas, ou mesmo, adquiriram pequenos lotes de terras nas vizinhanças de São Paulo a fim de trabalharem com a horticultura (Saito e Maeyama, 1973: 134-135).

Tabela 2: Número de imigrantes japoneses que entraram no Brasil de 1908-1920.²⁷

Ano	Famílias	Total de Imigrantes Japoneses
1908	168	779
1909	-	-
1910	247	909
1911	-	-
1912	724	2,852
1913	1,775	6,946
1914	820	3,497
1915	-	-
1916	-	-
1917	1,069	4,048
1918	1,547	5,903
1919	614	3,675
1920	183	971

Fonte: Dados baseados em Hiroshi Saito, *O Japonês no Brasil* (1961: 30-32).

Costata-se nas fontes diferenças existentes com relação aos registros mantidos pelas empresas japonesas de emigração, e pelo departamento de Imigração do Brasil. As diferenças são com relação aos migrantes japoneses que entraram no Brasil entre os anos de 1921 e 1924. Conforme se verifica na tabela 3:

Tabela 3: Imigrantes japoneses que entraram no Brasil (1921-1924).

Ano	Total Imigrantes segundo as empresas de emigração *	Segundo o Departamento de Imigração. Ministério do trabalho, Comércio e Indústria do Brasil **
1921	923	840
1922	528	1,225
1923	516	895
1924	4,985	2,673

Fonte: Dados baseados em *Uma Epopéia Moderna* (1992: 138).²⁸

²⁷ Os dados de Saito com o total de famílias compostas e de imigrantes se restringem aos anos de 1908 a 1920.

²⁸ Na tabela 3 lê-se na coluna esquerda e direita diferenças nos totais, com relação à entrada de imigrantes no Brasil. Segundo a primeira fonte proveniente das companhias de emigração japonesas (*), o número de imigrantes refere-se apenas aos imigrantes que entraram pelo porto de Santos, enquanto a segunda fonte do Departamento de Imigração (***) inclui os imigrantes que entraram pelo porto de Santos, Rio de Janeiro e outros.

Durante essa fase da migração japonesa, o governo brasileiro suspende o subsídio do governo do Estado de São Paulo por preferir a migração europeia. Como resultado dessa política, a imigração japonesa, que em 1913 chegou a 7.000 imigrantes, baixou nos anos de 1915 e 1916 para quase nada (Suzuki, 1969: 17). Todavia, em 1917 devido à diminuição de colonos europeus em consequência da I Guerra Mundial e pelo fato de a política migratória dos países europeus dificultar a emigração, constata-se que o governo do Estado de São Paulo visa novamente à migração japonesa. Essa nova concessão tinha um prazo determinado de 4 anos. Em virtude dessa concessão foi fundada pelo governo japonês a companhia *Kaigai Kōgyō Kabushiki Kaisha* (sigla K.K.K.K.) em 1918 (Lesser, 2000: 94). Em português a K.K.K.K foi traduzida com o nome de *Companhia Ultramarina de Empreendimentos S/A* (Aoki e Lima, 2011: 130). Na época a K.K.K.K. passou a cadastrar, regularizar e auxiliar os imigrantes que migravam para o Brasil (Aoki e Lima, 2011: 130). Segundo Saito (1961: 32) esse foi o primeiro passo de valor nacional do governo japonês para monopolizar os serviços em torno da emigração para o Brasil.

Entretanto, com o fim da I Guerra Mundial, começaram a chegar novamente imigrantes europeus interessados em trabalhar como colonos nas fazendas de café, suprimindo assim a demanda da mão de obra. Novamente, o governo de São Paulo prefere a migração europeia em vez da japonesa, perdendo assim, o interesse em renovar e estender o contrato com o Japão em 1920. Segundo as entidades do governo de São Paulo, essa decisão foi baseada na interpretação de que os japoneses no Brasil não eram propícios como colonos por terem muitas dificuldades para se adaptar ao país (Saito, 1961: 32). Assim, constata-se duas situações distintas, porém paralelas. Se, por um lado, esta era a justificativa dada pelo governo, por outro lado compreendia-se que a imigração japonesa no Brasil passava a se tornar visível, acarretando consigo a campanha anti-nipônica. A exposição dessa repercussão negativa passa a ser refletida pelos jornais da época (Lesser, 1999: 100-101).

Ao mesmo tempo, no Japão o governo japonês incentivava a migração para o Brasil, através de notícias nos jornais, propagandas e auxílio financeiro para os japoneses, que decidissem migrar para esse país (Lesser, 2000: 96-98).

Em 1925, após a definitiva suspensão da concessão de subsídios por parte do governo do Estado de São Paulo, o governo japonês é que passa a adotar medidas compensadoras a fim de proporcionar a emigração para o Brasil (Saito, 1961: 33). Exatamente essa mudança de

política de patrocínio é que caracteriza o que se interpreta como sendo o início da segunda fase da migração japonesa para o Brasil.

2.4 A imigração japonesa no período da segunda fase de 1926 a 1941

A história da migração japonesa no Brasil foi dividida em fases. O ponto de referência entre as duas primeiras fases foi feito através da mudança de patrocínio, que primeiramente foi realizado com o financiamento do governo do Estado de São Paulo e que em 1925 passa a ser totalmente financiado com o capital japonês. Logo, em 1925 inicia-se a segunda fase da migração japonesa no Brasil.

Esse segundo período se estende por 15 anos (1926-1941) e corresponde à fase em que a maior cifra de imigrantes japoneses entrou no Brasil durante toda a história da migração japonesa.

Tabela 4: A emigração japonesa, segundo os principais destinos (1885-1955).

Destinos Períodos	Países Latino-americanos (exceto o Brasil)	Haváí E.E.U.U. Canadá	Ilhas do Pacífico	Brasil
1885-90	16,815			
1891-95	20,429			
1896-1900	60,268	1,314	791	
1901-05	34,292	7,658	3,495	
1906-10	52,965	3,515	14,738	1,714
1911-15	16,624	8,484	5,161	13,371
1916-20	19,911	12,713	8,656	13,576
1921-25	14,072	5,936	3,691	11,350
1926-30	5,311	20,400	10,429	59,564
1931-35	1,022	12,860	4,424	72,661
1936-40		14,776	3,491	15,473
1941-45		520	294	1,277
1946-50			-	-
1951-55			987	7,751
Total	241,709	88,176	56,157	196,737

Fonte: Dados Estatísticos do Ministério de Relações Exteriores do Japão (Saito, 1961: 23).

Segundo os dados do Ministério de Relações Exteriores do Japão migraram para o Brasil 148.975 imigrantes japoneses a partir de 1925, sendo que esse número corresponde a mais de 75% do total de japoneses imigrados durante o primeiro período (Saito 1961: 34).

A imigração japonesa a partir de 1924 mostra um crescimento constante, uma vez que o governo japonês não media esforços no seu programa de política interna e externa para promover, moldar e organizar o movimento migratório.

A partir de 1926 a imigração japonesa no Brasil segue uma linha de ascensão vertiginosa, atingindo o seu ápice nos anos de 1933 e 34 (Suzuki, 1964: 224). Ironicamente, é exatamente no ano de 1934 que o governo de Getúlio Vargas estabelece a execução do regime de quotas, no qual fica subentendido que essa medida visava principalmente a restrição da imigração japonesa (Tigner, 1981: 471). Entende-se, porém, que é em 1941 que as portas para a migração japonesa no Brasil são fechadas. Um fato que coincide com o início da II Guerra Mundial.

2.4.1 A formação das colônias japonesas no Brasil

Em contraste com a migração japonesa para o Havaí, Estados Unidos e Peru, países que permitiam a entrada individual de imigrantes, o Brasil por sua vez exigia como condição de imigração um total mínimo de três pessoas, constituindo uma “família”, cujos membros estivessem aptos a trabalhar (Maeyama, 1979: 591, Cardoso, 1995: 152). Para poderem migrar para o Brasil foram formadas “famílias compostas”, de natureza artificial, através da adoção de membros de outras famílias ou parentes (Nogueira, 1973:66). No contrato com o Peru, estabeleceu-se a migração de homens entre 20 e 45 anos aptos a trabalhar pesado nas lavouras de cana-de-açúcar, restringindo assim ao mínimo a migração de mulheres japonesas (Cardoso, 1995: 154). Tal cenário se constata também na migração japonesa para o Havaí, Canadá e Estados Unidos.

Essa imposição do governo brasileiro perante os imigrantes japoneses era proveniente das experiências da política de imigração no Brasil, a qual via na migração individual um problema. Isso porque os imigrantes, geralmente, não permaneciam por muito tempo como colonos nas fazendas de café. Por essa razão, o governo de São Paulo impõe a condição das “famílias compostas” para a migração japonesa. Uma vez no Brasil, num outro ambiente cultural, os imigrantes japoneses inseridos nas fazendas de café são confrontados com as diferenças de se viver e trabalhar em um outro país, com outras nacionalidades (Handa, 1987).

Tal contexto reforça a percepção étnica da identidade japonesa (Maeyama, 1979: 592). Segundo a análise de Maeyama (1979: 593-594), apesar da formação das “famílias compostas” ser de natureza fictícia, elas eram geralmente solidárias, criando assim uma base na estrutura étnica, a qual se refletiu também na formação de colônias. Isso porque o fator étnico passou a ser empregado para se aceitar ou recusar novas pessoas dentro da colônia, as quais eram classificadas em duas categorias: *nipponjin* (Japoneses) e *gaijin* (todos os outros/estrangeiros).

É imprescindível compreender que a formação de colônias formadas por grupos étnicos no Brasil em determinadas áreas geográficas não é um fenômeno constatado apenas entre os japoneses. Pelo contrário, existem também os núcleos étnicos de alemães, italianos e poloneses no sul do Brasil desde o século XIX (Kreutz, 2000: 159-161).

a localização de imigrantes de uma mesma origem nacional em áreas circunscritas facilitou uma organização comunitária étnica e a manutenção do uso cotidiano da língua materna. Por outro lado, a relativa ausência do Estado no âmbito assistencial especialmente no período sob administração colonial, levou os colonos à formação de associações de auxílio - mútuo e a criação de escolas elementares - que depois teriam papel importante na especificação de peculiaridades étnicas. (Seyferth, 2000:148).

Esses núcleos étnicos de alemães, italianos e poloneses são o resultado da política econômica de povoamento do Estado adotada no Brasil de 1824 a 1930, a qual foi utilizada para suprir o mercado laboral (Seyferth, 2000: 147). Aliás, é a ausência do Estado em auxiliá-los, quando foram direcionados para as áreas de terras públicas, que os levou a se unirem em busca de soluções para os problemas comuns, dando assim respaldo à formação das identidades étnicas desses grupos no Brasil (*ibid.*).

No caso dos japoneses a formação de colônias é um fenômeno mais recente, uma vez que a migração japonesa ocorre a partir do século XX. Logo, o entendimento do processo de formação das colônias ou do “enquistamento étnico” dos japoneses (Geraldo, 2009: 178) é importante para se compreender a história da imigração japonesa no Brasil. Trata-se da formação espontânea de colônias, através da qual os imigrantes de uma nação se unem numa mesma área e adquirem terras, formando um núcleo ou uma colônia. Um segundo tipo é proveniente de projetos com metas de desenvolvimento. Esse foi o caso da formação de colônias provenientes da venda de lotes de grandes extensões de terra, no interior de São Paulo e norte do estado de Paraná. Um outro tipo de formação foi através do capital privado japonês, realizado com o apoio do governo japonês (Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992: 85-88).

Dentro desse contexto sobressai-se a criação da *Burajiru Takushoku Kumiai*, traduzida em português como Companhia Colonizadora do Brasil, ou seja, BRATAC no Brasil (Adachi, 2001: 163).

Among the Japanese villages in Brazil, the Japanese government and various emigrant associations organized the ‘Brazil –Takushoku-Kumiai (Brazil Colonial Association)’ or BRATAC for short. BRATAC set up almost everything the immigrants needed in the new social, political, and economic environments. For instance, BRATAC established banks, rice-cleaning, mills, coffee-selection mills, hospitals, a pharmacy, and a school for the villagers.

Além disso criou-se através da BRATAC um sistema, através do qual a companhia adquiriu quantidades enormes de terras em São Paulo e Paraná, loteando-as entre os emigrantes japoneses, que antes de migrarem para o Brasil já faziam o pagamento inicial da passagem e de uma porção de terra no país, chegando ao Brasil como proprietários nas colônias (Saito, 1961: 35; Lesser, 1999: 101).

É a política expansionista do Japão na Ásia que intensifica a preocupação da elite brasileira com a presença e formação desses núcleos étnicos, denominados pejorativamente como sendo “quistos amarelos” (Lesser, 2000: 100-101). De fato, essa preocupação não se restringe apenas aos japoneses, uma vez que os alemães também eram considerados um dos grupos mais “enquistados” na época no Brasil (Seyferth, 2000: 172). Uma diferença entre esses dois grupos de imigrantes é que até o início da Segunda Guerra a campanha anti-nipônica era baseada no teor racial, não atingindo assim os outros imigrantes alemães e italianos (Geraldo, 2009: 185).

Apesar de as concentrações de japoneses em determinadas áreas geográficas terem levado a elite a perceber que os japoneses não pretendiam assimilar a cultura brasileira (Lesser, 2000: 100-101), compreende-se que uma das razões para essas formações no Brasil foi a própria política econômica de colonização vigente no país, nos períodos anteriores ao governo de Vargas (Geraldo, 2009: 174-175). Uma política que no decorrer dos anos direcionou e influenciou o quadro dos imigrantes japoneses que se estabeleceram no Brasil.

2.4.2 O retardamento no processo de integração e aculturação

Ao longo da história da migração japonesa, diferentes aspectos retardaram o processo de aculturação e integração desses imigrantes no Brasil. Um dos fatores é o desenvolvimento das cooperativas que já existiam no Japão desde 1900 e que até a segunda metade da década de 20 eram desconhecidas pelos brasileiros no Brasil (Uchiyama, Tajiri e Yamashiro *et al.*, 1992:

220-221). Outro ponto central nesta análise são os jornais editados em idioma japonês no Brasil como meio de comunicação e propagação de trabalho dentro das colônias japonesas, mencionando-se também a posição e a influência do Consulado Geral do Japão como órgão representativo do governo japonês, daí o papel da BRATAC e da K.K.K.K.²⁹ Logo, esses pontos têm que ser analisados como um processo que interage no processo da migração e fixação dos japoneses no Brasil.

Nessa fase a influência dos órgãos vinculados ao Japão era muito grande nas comunidades japonesas do Brasil, assim como nas comunidades japonesas do Peru (Reichl, 1995: 36). Essa influência não se reflete nos imigrantes japoneses nos Estados Unidos e Canadá onde, apesar da migração japonesa também ter sido discriminada, o isolamento da comunidade nunca foi completo (Cardoso, 1995: 155-156). Além disso, evidencia-se nos Estados Unidos entre os imigrantes japoneses uma outra postura para resolver e amenizar os conflitos, originados pela presença dos órgãos representativos, que tinham como meta a política de acomodação desses imigrantes (Cardoso, 1995: 155-156). Apesar de haver discriminação nos Estados Unidos mediante os imigrantes japoneses, o processo de aculturação e assimilação ocorreu mais rapidamente nessa sociedade (Reichl, 1995: 35). Entende-se, porém, que a migração para os Estados Unidos, Haváí e Canadá havia sido limitada desde 1907, encerrando em 1924 (Tajiri e Yamashiro, 1992: 35).

Se, por um lado, o papel do Brasil nas Américas tornava-se mais interessante para o governo japonês, por absorver uma parte da população que não tinha grandes perspectivas de trabalho no Japão (Saito 1961: 35), por outro lado, esse país passava a ser um novo mercado de investimentos, através da introdução de imigrantes favorecidos e amparados pelo capital industrial japonês, que se tornavam proprietários de colonização agrícola (Saito, 1969: 34-37). De qualquer forma, é notável nesse processo a influência do Consulado Geral do Japão em São Paulo, auxiliando e orientando na formação das cooperativas japonesas (Uchiyama, Tajiri e Yamashiro *et al.*, 1992: 220-221). Com a formação de cooperativas para a compra, venda e distribuição de produtos locais ainda era muito desconhecida no Brasil, pode-se explicar assim o contexto que proporcionou também a concentração de japoneses em determinadas regiões no estado de São Paulo. Simultaneamente, a formação desses grupos étnicos de japoneses, que eram caracterizados por dificilmente se integrarem à cultura brasileira, influenciou na reação de medo dos brasileiros (De Prins e Stols, 2001: 244).

²⁹ Ver Lesser (2000) capítulo IV para maiores detalhes.

Em suma, o segundo período (1925-1941) da migração japonesa para o Brasil é caracterizado pelo encaminhamento de migrantes, através do investimento do capital japonês, que era tanto de caráter oficial quanto privado. Ao lado disso, situa-se também o fator étnico, ressaltado através dos laços que mantinham com o Japão. Nesse período constata-se a convergência de estruturas de natureza global agindo através dos órgãos japoneses existentes no Brasil, com fins de proteção, penetração e representação do poder do governo japonês, influenciando assim na vida dos imigrantes, dentro e fora das colônias japonesas. Esse contexto presente nos anos 20 e 30 foi crucial para a manutenção da identidade japonesa no Brasil (Maeyama 1979: 595-596). Uma identidade que evidentemente caracteriza esses imigrantes no decorrer desses anos.

2.4.3 A repressão étnica dos japoneses no Brasil e o movimento anti-nipônico

Muitos japoneses que vieram como imigrantes temporários nas décadas de 1920 e 30 foram confrontados com o fato de que o intuito inicial de uma migração temporária começava a desaparecer. Diante dessa realidade, o imigrante japonês passou a ter que buscar o seu modo de viver no Brasil, tomando conhecimento, gradativamente, das correntes opostas e de caráter hostil existentes no país. Isso porque a tolerância étnica da sociedade brasileira perante os japoneses passou a tomar uma outra direção. Cita-se a repercussão nos jornais brasileiros por causa da visibilidade da presença japonesa no Brasil e no exterior (Lesser, 1999: 100-101). O imperialismo japonês passa a ser notícia de jornal, enfatizando o perigo japonês no Brasil através de manchetes como: “O Perigo Amarelo no Brasil” e “A imigração japonesa e o alarmante exemplo da invasão da Manchúria”, causando reações xenofóbicas na elite brasileira e nos debates políticos (Tsuda, 2001: 418-419). A preocupação da sociedade brasileira com relação aos imigrantes japoneses atingia proporções maiores, pelo fato de o contexto internacional apontar o crescimento do Japão como uma poderosa e agressiva potência militar, através do exemplo da invasão da Manchúria. A sociedade brasileira passa a especular uma invasão japonesa através da migração que se iniciava na Amazônia, classificando essa corrente migratória como um projeto dessa política expansionista (Lesser, 1999:101-102). Ao lado disso, no contexto nacional a tendência da concentração de grupos constituídos só por japoneses, como por exemplo as associações de japoneses, as cooperativas, assim como as colônias, refletiam o problema da falta de assimilação dos imigrantes japoneses, tornando-os visíveis para a sociedade brasileira (Maeyama e Saito,

1973:25). Um dos exemplos é a associação japonesa *nihonjin-kai*. Essa associação procura através do trabalho conjunto dos membros superar problemas da vida cotidiana comuns de uma comunidade japonesa (Maeyama 1979: 595-596; Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992: 99). Nestas associações a meta principal era a de educar os filhos em padrões japoneses, através do ensino da língua e das normas e valores da cultura japonesa (Saito e Maeyama 1973: 27-28; Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992:99). Além disso, as escolas japonesas são fundadas com o objetivo principal de educar os descendentes de japoneses como sendo japoneses, embora nascidos no Brasil (Saito e Maeyama, 1973: 27-28).

Reproduzindo o ensino primário nas colônias, onde se tem como base o Edito Imperial da Educação,³⁰ evidencia-se a influência do Consulado Geral do Japão em São Paulo como órgão representante do governo japonês, através da fundação da Sociedade de Difusão de Ensino de Japoneses do Brasil (Kiyotani, Yamashiro *et al* 1992: 125). Essa forma de ensino chama por sua vez, a atenção pública no Brasil (Kiyotani e Yamashiro, 1992: 126). Sem dúvida, um outro aspecto que contribuiu para agravar o sentimento anti-nipônico foi o sucesso econômico das cooperativas e colônias japonesas no Brasil. Foi a própria persistência dos japoneses no Brasil em não assimilar a cultura brasileira, em trabalhar e viver segregados em áreas étnicas, que repercutiu na reação negativa dos brasileiros e dos outros imigrantes europeus. Essa imagem dos japoneses, que vigorava na época, antes da II Guerra Mundial, contribuiu para a repercussão negativa, tornando-se assim um tema de discussão pública, variando entre os jornais da época, até na própria Academia Nacional de Medicina (Tsuda, 2001: 418-419). Na Califórnia, nos Estados Unidos, o movimento anti-nipônico foi também uma reação ao sucesso econômico dos japoneses na agricultura desse país (Cardoso, 1995: 159).

Ademais, prevalecia entre os japoneses no Brasil, a mentalidade de segregação (Maeyama, 1979:596).³¹ A porcentagem de casamento interétnico de japoneses natos registrada na época correspondia a menos de 2% (Lesser, 2000: 104). Essa mentalidade

³⁰ Apresento a interpretação e nota escrita por Masuji Kiyotani e José Yamashiro sobre o que o Edito Imperial representa com relação à Educação e inserido no Brasil. Assim, sigo essa definição como ponto de referência para o sistema educacional na época por ter sido utilizada dessa forma dentro da colônia japonesa no Brasil. Segundo os autores: "... Baixado em 1890 pelo Imperador Meiji, estava estribado no pensamento fundamental de nação-família e pregava o princípio da lealdade ao imperador, a dedicação filial aos pais, harmonia entre cônjuges, compreensão entre amigos, em muitos pontos virtudes pregadas por Confúcio". Segundo consta, o Edito foi distribuído e lido publicamente nas instituições de ensino, assim como em ocasiões sociais públicas no Brasil. Em 1948, após o final da II Guerra Mundial, o Edito foi abolido pela Dieta (Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992: 133).

³¹ "...*ta-jinshu to no kekkon wa waga nippojín no minzokuteki jisatsu de aru*" (Maeyama 1979: 596). O casamento entre pessoas de raças diferentes é para nós, japoneses, suicídio racial. (Tradução minha).

endogâmica também se constata nas comunidades japonesas dos Estados Unidos, Canadá, Havaí e Peru. A diferença é que nesses países a migração feminina ocorreu após a masculina, através da prática do arranjo matrimonial japonês mantido entre esses imigrantes preservando a homogeneidade do grupo (Cardoso, 1995: 154-155). Nas colônias alemãs e italianas no sul do Brasil do final do século XIX e início do século XX constata-se uma mentalidade similar de comunalidade nacional baseada na endogamia (Seyferth, 2000: 166).³²

No caso dos japoneses, o movimento anti-nipônico da sociedade brasileira reflete a preocupação dos brasileiros por serem imigrantes “amarelos”, constituindo núcleos étnicos constituídos só por japoneses, onde persistiam em não assimilar a cultura brasileira. Existia a preocupação perante o sucesso econômico das cooperativas japonesas no Brasil mas, sobretudo, a preocupação perante a política imperialista japonesa adotada internacionalmente.

2.4.4 A influência da política do governo de Getúlio Vargas no Brasil

Compreende-se que na década de 1930 o cenário da política brasileira passa por grandes mudanças durante a presidência de Getúlio Vargas. É importante que se considere que a característica significativa dessa política de governo foi o forte sentimento do nacionalismo brasileiro (Skidmore, 2010: 118-121).

Como eixo de reflexão, situa-se no âmbito internacional uma política expansionista e militarista adotada tanto pelo governo japonês no continente asiático, quanto pelos regimes nazi-fascista na Europa. Regia em diferentes partes do mundo uma mentalidade nacionalista de se governar. No Brasil, Vargas também procura governar o país com uma política nacionalista, que tenta fortalecer a identidade nacional brasileira (Skidmore, 2010: 118-121). Essa política adotada por Vargas pode ser interpretada como um reflexo da conjuntura internacional da época. Esse contexto da questão identitária nacional dos anos 30 é o resultado da política que foi implantada como projeto nacional, gerando mudanças de grande repercussão para a vida cotidiana dos imigrantes no Brasil.

Destaca-se nessa época a ocorrência do decreto estadual sobre a educação, em abril de 1933, através do qual se proíbe o ensino de língua estrangeira para crianças menores de dez anos de idade (Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992: 128). A partir de 1937 o governo do Estado também promove o abasileiramento forçado das regiões coloniais, o qual tem também um

³² Nas décadas de 1950, 1960 e 1970 há um aumento considerável de mais de 40% de casamentos exogâmicos entre luso-brasileiros e italianos, assim como entre luso-brasileiros e alemães (Snyder, 1981: 327). Porém, essa mentalidade não se constata entre os japoneses. Nesse mesmo período os japoneses continuavam mantendo uma mentalidade endogâmica, onde 75% dos casamentos registrados eram entre japoneses.

grande impacto para as comunidades alemãs no Sul do país, onde se concentrava um número alto de escolas teuto-brasileiras (Vogt *et al.*, 2009: 62).

Em 1938 a restrição do ensino de língua estrangeira estende-se até os estudantes de 14 anos de idade (Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992: 128). Além disso, o governo de Vargas proibiu também os livros didáticos dos imigrantes no Brasil, porque poderiam ser prejudiciais à formação do que Vargas interpretava como sendo o espírito nacional brasileiro, que se almejava alcançar com a política nacional (*ibid.*). A implementação dessa restrição era tanto para o ensino particular quanto para o ensino público (Handa, 1987: 596-597). Em suma, várias medidas foram adotadas a fim de se restringir tanto os profissionais quanto o material que se utilizava dentro das escolas estrangeiras no Brasil (Vogt *et al.*, 2009: 62).

Essas medidas foram reforçadas no ano de 1938, tendo como consequência o fechamento de inúmeras escolas alemãs, italianas e japonesas, por não conseguirem corresponder à nova legislação do ensino de línguas estrangeiras no Brasil.

De acordo com os dados não se tem um número exato das escolas estrangeiras fechadas em 1938. Tal fato é visível nas diferenças dos dados divulgados na *Paurisita Encho-sen Kyoiku-shi* (História da educação da Alta Paulista), em que se cita o fechamento de 294 escolas japonesas no Estado de São Paulo, enquanto o jornal *Notícias do Brasil* divulgava a existência e o fechamento de um total de 476 escolas japonesas (Kiyotani, Yamashiro, *et al.*, 1992: 128). Sobre essa diferença, supõe-se que apenas as 294 escolas japonesas fossem realmente registradas e autorizadas (Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992: 129).

Kreutz (2000: 160) faz uma estimativa do total de escolas estrangeiras existentes no Brasil em 1937, com um quadro nacional de 1,579 escolas alemãs, 349 escolas polonesas, e 167 escolas italianas nessa década.

Quanto à migração japonesa, os dados indicam que no Brasil existiam 178 escolas japonesas registradas em 1932, 260 escolas na véspera da Segunda Guerra Mundial e 486 em 1939 (Kreutz, 2000: 160). Essa diferença existente sobre o número exato e total de escolas japonesas também se constata nos dados referentes às escolas alemãs no Brasil (*ibid.*). De forma geral, o número de escolas teuto-brasileiras foi significativamente maior do que dos outros grupos étnicos no Brasil (Seyferth, 2000: 163-164). Segundo Vogt (2009:53) a existência das escolas comunitárias alemãs surge devido à impossibilidade ou falta de interesse do Estado de implantarem escolas públicas nas regiões de colonização no sul do Brasil. Tal situação é semelhante entre os colonos italianos. Kreutz (2000:167) afirma que

uma grande parte dos imigrantes italianos não tinha como meta o ensino através das escolas italianas, pelo contrário, esses imigrantes pediam a assistência do governo brasileiro para que estabelecessem escolas públicas, onde os filhos pudessem aprender o português para que assimilassem mais rapidamente a sociedade brasileira. O fato é que a partir de 1915 o número de escolas italianas diminuiu significativamente no Brasil (Kreutz, 2000: 168).

Quando se compara as escolas comunitárias dos imigrantes alemães, italianos, poloneses com as dos japoneses, nota-se uma diferença estrutural importante, ou seja, a estreita ligação entre a Igreja e as escolas comunitárias desses três primeiros grupos étnicos, a qual não se refletia nas estruturas das escolas comunitárias japonesas (Kreutz, 2000: 159-169). Como os japoneses eram budistas e xintoístas, religiões totalmente diferentes da que predominava no Brasil, a lei na época proibiu a entrada dos imigrantes sacerdotes dessas religiões no país (Kreutz, 2000: 169), fato que não ocorreu nas comunidades cristãs dos outros imigrantes. No caso da comunidade japonesa a coordenação das escolas comunitárias ocorria sob a coordenação da Associação de Pais, que estava vinculada à Companhia Colonizadora ou à Associação de Japoneses (*ibid.*).

Sem dúvida, a campanha de Vargas tinha como meta combater a unidade baseada na língua desses grupos étnicos (Geraldo, 2009: 185). Para os imigrantes, a nacionalização do ensino iniciada durante o governo do Estado Novo (1937-1945) representou um golpe extremamente forte no sistema educacional que eles tinham no Brasil (Vogt *et al.*, 2009: 59).

No caso dos japoneses a adoção dessa política nacionalista levou à aspiração dos pais de enviar os filhos para o Japão, a fim de que tivessem a educação japonesa que não poderia ser mais proporcionada no Brasil (Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992: 180).

Nessa época prevalecia a intenção do retorno entre os japoneses, levando-os a interpretarem a migração para o Brasil como sendo temporária (Reichl, 1995: 39-40). Esse aspecto é absolutamente visível entre os imigrantes japoneses no Brasil que almejavam a educação japonesa para os filhos.³³ A preocupação dos pais era que os filhos teriam problemas de comunicação no Japão por não conhecerem propriamente o idioma japonês falado e escrito (Kiyotani e Yamashiro *et al.*, 1992: 123). Como a política do governo de Vargas estava voltada à “brasilidade”, visando assim resguardar e fazer sobressair a identidade nacional brasileira, constatava-se, então, a restrição máxima das influências externas, provenientes das culturas dos imigrantes dessa fase (Lesser, 1999: 130). Analisa-se

³³ Esse quadro também é confirmado na pesquisa empírica realizada no Japão entre alguns imigrantes nipo-brasileiros, que optam pela educação brasileira no Japão para os seus filhos.

naturalmente uma frustração vigente entre os imigrantes japoneses, que eram obrigados a proporcionar aos seus filhos o ensino brasileiro no lugar do estrangeiro. Essa mesma medida incluía todas as escolas estrangeiras dos imigrantes da época, sobressaltando-se, nesse caso, também as escolas alemãs e as italianas (Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992: 128-129).

Simultaneamente, como foi mencionado na seção anterior, esse período da migração japonesa foi de grande intensidade e visibilidade. Internacionalmente, tem-se essa visibilidade por causa da invasão da Manchúria, a qual reflete a política expansionista e militarista do Japão da época (Lesser, 1999: 118-120), ao passo que, nacionalmente, constata-se o desenvolvimento econômico dos japoneses no Brasil, o qual desencadeou reações xenofóbicas da elite brasileira, que adota um posicionamento negativo perante a presença desses imigrantes, considerados como o “perigo amarelo” (Lesser, 1999: 116).

É dentro desse cenário internacional e nacional que a Assembleia Constituinte apresenta em 1933 um projeto que contextualiza a entrada de migrantes no Brasil. Após a sua aprovação em 1934, esse projeto visa a implementação de um regime de quotas,³⁴ o que atingiu principalmente a migração japonesa para o Brasil (Saito, 1961: 37; Lesser, 1999: 120; Nogueira, 2000: 50). Com esse regime de quotas, não se poderia ultrapassar a quota de 2% da entrada de migrantes de qualquer nacionalidade, tendo em vista a média da entrada dos grupos de imigrantes nos últimos 50 anos (Saito, 1961: 37, Lesser, 1999: 120). Essa quota de 2% correspondia para a migração japonesa a permissão de entrada de apenas 2.771 pessoas por ano (Saito, 1961: 37).³⁵ Apesar da implementação dessa quota não fazer, aparentemente, uma restrição à migração japonesa, essa medida visava exatamente a entrada desse grupo de migrantes no Brasil. No Japão, essa restrição dentro da constituição brasileira foi considerada como um golpe do governo brasileiro, uma vez que o Japão investia na compra de terras no Brasil para a introdução, em grandes quantidades, de colonos japoneses (Saito, 1961: 37; Lesser, 1999: 120).

Segundo Handa (1987) esse contexto nacional e internacional, antes e durante a II Guerra Mundial, foi de grande influência e repercussão na vida dos *nisei*, que viviam uma dicotomia

³⁴ “A 24 de maio de 1934, por esmagadora maioria a Assembléia Nacional Constituinte aprovou a emenda definitiva, e que sob nº 1.619, foi apresentada com a assinatura de 130 deputados. Era o dispositivo que foi incorporado à Constituição e que fixou a quota de 2% do número de nacionais de cada país entrados no Brasil nos últimos cinqüenta anos, como limite máximo dos que poderiam ser admitidos em cada ano.” ... “Era o art.121, parágrafo sexto da Constituição de 16 de julho de 1934. A mesma restrição foi mantida no art.151, na Constituição de 10 de novembro de 1937 do Estado Novo.” (Kiyotani, Yamashiro *et al* 1992: 167).

³⁵ Com relação ao número exato estabelecido por essa quota, constata-se no trabalho de Lesser uma pequena diferença (Lesser, 1999: 121).

no Brasil: o de viverem o nacionalismo japonês das comunidades japonesas, e o nacionalismo brasileiro vigente da ditadura do governo de Vargas. Segundo Handa (1987) o contexto na época era delicado, uma vez que a maioria dos *nisei* mantinha a sua lealdade perante a comunidade dos imigrantes japoneses residentes no Brasil. Para a grande maioria da comunidade japonesa, as diferenças culturais eram tantas que em vez de conseguirem se adaptar à sociedade brasileira, essa política brasileira incentivou o isolamento e a alienação desses imigrantes japoneses com os seus conterrâneos (Handa, 1987: 593-601).

Segundo a análise de Endrica Geraldo (2009: 177-180) consta no relatório do Conselho de Imigração de Vargas um estudo sobre os “quistos étnicos” existentes na época, ou seja um estudo sobre as colônias alemãs e japonesas durante a campanha de nacionalização do Estado Novo. Esse estudo mostra evidência de assimilação dos alemães no Brasil, a qual não se constata entre as colônias japonesas.

uma série de elementos é apresentada no relatório para descrever as condições de franco desenvolvimento econômico, social e cultural das áreas de colonização alemã. Diferentemente das descrições das áreas de colonização nipônica, aqui aparecem mais indícios de assimilação como, por exemplo, a existência de imprensa em alemão, mas também em português. (Geraldo, 2009: 180)

Um outro aspecto importante quando se compara a situação dos japoneses com a dos imigrantes alemães no Brasil é o fato de o isolamento étnico dos imigrantes alemães nos estados do sul do Brasil ter sido o resultado da própria política colonizadora brasileira vigente desde 1824, a qual levou à formação das comunidades alemãs isoladas, quer dizer, que esse “enquistamento étnico” não foi a escolha desses imigrantes (Seyferth, 1994).

Enfim, nota-se que os descendentes de alemães custaram a assimilar a cultura nacional, devido ao isolamento nas colônias do sul no Brasil e à falta de comunicação adequada, levando-os a serem também visados pela Campanha de Nacionalização de Vargas (Costa, 2008: 109). Já no caso das colônias étnicas italianas, pode se dizer que embora existam diferenças culturais, esses imigrantes ainda estavam mais próximos dos brasileiros devido à latinidade desse grupo (Seyferth, 2000: 171). Através da biografia de José Yamashiro compreende-se que um grupo de *nisei*, que viveu esse período em São Paulo, capital, passou a estudar em escolas brasileiras, e embora fossem em menor número, esses descendentes de japoneses passaram a se integrar dentro da sociedade brasileira, e também a se identificar como sendo brasileiros (Yamashiro, 1996: 101-137, Lesser, 1999: 124-131).

É com a inserção do sistema de quotas em 1934 que o influxo de imigrantes japoneses para o Brasil para totalmente no início da II Guerra Mundial (Suzuki, 1969: 13). Segundo Suzuki (1969: 17) esse fato está estritamente relacionado ao fato de a política japonesa ter dirigido a sua atenção para a colonização da Manchúria. O governo japonês procurou enviar o máximo possível de emigrantes para lá e, ao mesmo tempo, passou a dificultar ou impedir a emigração para o Brasil, uma vez que a prioridade era de desenvolver a agricultura desse novo “Estado” (Suzuki, 1969: 17; Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992: 191).

Em 29 de janeiro de 1942 a situação dos japoneses no Brasil se agrava ainda mais com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados, indo contra o Japão, que fazia parte dos países que compunham a aliança do Eixo. Com a declaração de guerra contra o Japão, fechava-se o consulado japonês no Brasil, privando assim, a comunidade japonesa de manter o único laço que ainda a unia ao Japão (De Prins , Stols *et al.*, 2001: 245). Tais restrições também foram impostas contra os outros inimigos de guerra, ou seja, os alemães e italianos, que viviam no Brasil (*ibid.*).

De acordo com Endrica Geraldo (2009: 185-186) com o fim da neutralidade do Brasil na Segunda Guerra, os japoneses, alemães e italianos passam a representar uma ameaça militar similar no Brasil, embora a preocupação maior tenha sido com os alemães e japoneses, por causa da situação militar e política desses países no mundo, e sincronicamente no Brasil, devido ao alto grau de desenvolvimento e organização, em particular de suas associações, instituições e núcleos coloniais.

Desde 1939 proibiu-se entre os diversos grupos de imigrantes no Brasil, o uso do idioma estrangeiro em público, a imprensa étnica, associações, assim como outras formas de sociedades esportivas, culturais, porém, é principalmente a partir de 1942 que essas ações passam a ser intensificadas em torno dos descendentes e imigrantes italianos, japoneses e alemães (Seyferth, 1997: 97).

Segundo Nogueira (2000: 50-51) os imigrantes japoneses foram proibidos de falar o idioma japonês em público, embora muitos tivessem apenas o mínimo ou nenhum conhecimento do idioma português, e de se reunir com outras pessoas da sua pátria, de possuir rádios ou máquinas impressoras. Ou seja, esse cenário expõe uma fração da ideia do isolamento a que esses japoneses e descendentes ficaram sujeitos no Brasil (Nogueira, 2000: 51). Além disso, muitos japoneses no Brasil que viviam esse isolamento se apoiavam na

convicção de que o Japão emergiria vitorioso da II Guerra, mantendo assim a esperança e o sonho de retorno (Nogueira, 2000: 51; De Prins, Stols *et al.*, 2001: 245).

Em 1942, o Brasil e o Japão, rompem as suas relações diplomáticas. Nessa data encerra-se também a emigração japonesa como “política de Estado”, e a chamada segunda fase da emigração japonesa para o Brasil (Suzuki, 1969: 13). Cabe então analisar como esse quadro influencia e define, no decorrer dos anos seguintes, as atitudes dos imigrantes japoneses no Brasil.

2.5 O terceiro período: a interrupção da corrente migratória

A década de 1942 a 1952 marca um espaço em branco no que diz respeito à entrada de imigrantes japoneses no Brasil. Esta fase corresponde a um período tumultuoso e confuso para esses imigrantes, marcando para muitos uma fase obscura na história da migração japonesa no Brasil.

Com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados, o governo de Vargas decreta a retirada dos imigrantes japoneses de todas as áreas estratégicas (Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992: 240). Essa mesma resolução também foi aplicada para os imigrantes alemães e italianos (Lesser, 1999: 135). Assim, de acordo com Lesser (1999: 135-136):

the social and ethnic tension created by anti-Japanese attitudes led members of the Japanese and nikkei community to strike back against the public order by becoming increasingly “Japanese”. Emperor worship, always strong among those educated in the first quarter of the century, soon began to replace ancestor worship as a form of identity preservation. Those who did not actively show their loyalty to Japan were defined as “enemies”, and the underground Japanese language press was filled with denunciations of those judged to have lost their “right” to be “Japanese”.

É dentro desse contexto tumultuoso que ocorre o antagonismo e a emergência de sociedades secretas, que impunham o fato de o Japão fazer parte dos países que “venceram” a guerra, não se aceitando que o contrário fosse dito (Maeyama, 1979: 600). Uma fase que projeta o impacto da opressão causada por uma minoria de imigrantes japoneses com um forte desejo de vitória.

2.5.1 Shindō Renmei

Explora-se aqui a questão que levou à formação das sociedades secretas. A mais conhecida dentro desse âmbito é a *Shindō Renmei* (臣道連盟) ou seja, Liga do Caminho dos Súditos

(Maeyama, 1979: 598). Também existiam outras sociedades, que de forma geral tinham um caráter fanático e nacionalista (*ibid.*).

Segundo Lesser (2000:9) a sociedade *Shindō Renmei* tinha inicialmente como objetivo: “... maintain a permanent Japanized space in Brazil through the preservation of language, culture and religion among nikkei and the re-establishment of Japanese schools.”

A *Shindō Renmei* propagava a notícia de que o Japão não havia sido derrotado na II Guerra pelos Estados Unidos (Handa, 1987: 666). Além disso, alterava as notícias e as fotos obtidas da derrota do Japão e as propagava através dos seus meios de comunicação clandestinos (Handa, 1987: 677). Essa situação criou uma visão equivocada, que foi proporcionada pelo isolamento e vácuo que se formou em torno dos japoneses no Brasil com o desaparecimento dos órgãos oficiais de controle e orientação (Miyao e Yamashiro *et al.*, 1992: 262).

De acordo com Lesser (2000:9): “...of course one did not have to “believe” that Japan had won the war to support the societies in their demand for a space for Japanese-Brazilian ethnicity.”

A postura ideológica e emocional desse movimento étnico opressivo foi reforçada pela posição imperialista do Japão na época (Reichl, 1995: 35) e pelo desaparecimento dos meios oficiais de comunicação. As tensões aumentaram, quando a *Shindō Renmei* passou a reagir de maneira violenta contra todos que afirmassem o contrário do que era propagado por eles. Formaram-se assim duas correntes, de um lado, uma corrente que acreditava na derrota do Japão, *makegumi*, ou seja, *os derrotados*, mais tarde conhecidos como *os esclarecidos*. Por outro lado, formou-se a corrente que acreditava na vitória do Japão, *kachigumi*, ou seja, *os vitoriosos* (Lesser, 2000: 10). Essa sociedade passou a constituir um problema maior, e de atenção pública, quando a corrente dos *kachigumi* tornou-se extremamente fanática, surgindo assim a *tokkotai*, os grupos de ataque. Esses grupos de ataque aterrorizavam, puniam e assassinavam membros do *makegumi* que propagassem o contrário (Tsuda, 2001: 424). Segundo os *kachigumi*, essas pessoas que formavam a corrente do *makegumi* eram vistas como traidoras (*ibid.*). Enquanto isso, constata-se que o governo brasileiro vivia em 1945 um período de transição, não conseguindo resolver esse “problema japonês” na sociedade brasileira (Lesser, 2000: 10).

Tsuda (2001: 423) afirma que esse acontecimento só ganhou substancialidade devido às medidas repressivas tomadas pela política do governo de Vargas durante a II Guerra Mundial,

e por causa da intensificação da xenofobia anti-nipônica no Brasil. Nesse caso, os japoneses se defendem, ou contra atacam essa opressão étnica, através da intensificação do nacionalismo japonês, tornando-se perante a opinião pública, realmente, “japonês” (Lesser, 1999: 136). Para o autor Reichl (1995: 35) o movimento dos *kachigumi* e *makegumi* ilustra a ligação emocional e ideológica vigente entre os japoneses no Brasil perante a nação japonesa, que proporcionou esse comportamento étnico dos japoneses no Brasil.

Muitos desses imigrantes, assim como muitos dos seus descendentes, que eram *nisei*, nasceram e cresceram isolados dentro dessas comunidades constituídas somente por japoneses, possuindo assim o mínimo de conhecimento da língua e da cultura do Brasil (Tsuda, 2001: 423; Kumasaka e Saito, 1973: 451). Esse contexto propicia o nacionalismo e o patriotismo japonês dentro das colônias japonesas do Brasil (Tsuda, 2001: 423-424).

Esse período tumultuoso, e grosso modo de terrorismo, é explicado por uma conjuntura de acontecimentos, tanto de caráter nacional quanto internacional.

Lesser (2000) aborda dentro da história da *Shindō Renmei* no Brasil o quadro atípico que ocorreu em 1950 com a visita dos japoneses campeões olímpicos de natação, o qual proporcionou o fim da influência da *Shindō Renmei* entre os japoneses e seus descendentes. Ao serem entrevistados no Brasil, esses nadadores foram confrontados numa entrevista com a ideia de que o Japão havia vencido a Segunda Guerra Mundial. A reação de choque desses campeões japoneses foi exposta pela *Shindō Renmei*, através de uma campanha de posters, onde se pregava a ideia de que esses nadadores eram impostores coreanos disfarçados de japoneses (Lesser, 2000: 10-11). Essa sugestão ridícula proveniente da *Shindō Renmei* fez com que as sociedades secretas deixassem de ter o apoio público dos nikkei, que passavam a conquistar um espaço dentro da sociedade brasileira nessa época (*ibid.*)

Apesar de ter sido em pouca proporção, é nesta fase que um pequeno grupo de *issei* e, em maior número, *nisei* teve acesso ao ensino brasileiro. Esse grupo desempenha um papel importante na sociedade brasileira, uma vez que reflete uma nova tendência dentro desse grupo étnico, a qual era voltada à integração na sociedade brasileira (Lesser, 1999: 123-124). Constata-se um problema de polos complexos, porém paralelos, uma vez que se encontravam entre o sentimento anti-nipônico dos brasileiros, e o sentimento nacionalista japonês das colônias.

2.5.2 A mudança de atitude de uma migração provisória para permanente

Fazendo um estudo da trajetória histórica desses acontecimentos, Lesser (1999) defende o posicionamento de que foi exatamente a ausência dos meios de comunicação legais dentro das colônias japonesas, ao lado da propaganda anti-nipônica da elite e do governo de Vargas, que engendrou a alienação de uma grande parte dos imigrantes no Brasil e que proporcionou o cenário ideal para as sociedades secretas, que pregavam a vitória e supremacia do Japão no Brasil. Por essa razão é que a notícia da derrota do Japão na II Guerra Mundial não alcançou diretamente muitos japoneses no Brasil (Lesser, 1999: 137). Conseqüentemente, foi esse o cenário que proporcionou o choque daqueles que possuíam acesso aos meios de comunicação em 1945 (Nogueira, 2000: 51). Esse impacto foi reforçado com a declaração pública do Imperador Hirohito que ele não era de origem divina (*ibid.*). Segundo Nogueira, os japoneses não perderam apenas a II Guerra, mas também a figura do imperador, que era idolatrada por uma grande parte dos imigrantes japoneses no Brasil (*ibid.*). Após esses acontecimentos, e tendo aceitado a derrota, muitos japoneses deixam de acreditar no sonho do retorno para o Japão (Reichl, 1995: 44).

Simultaneamente, constata-se no Brasil o desenvolvimento da geração dos *nisei*, que passam a substituir gradativamente a geração dos imigrantes, *issei*. Saito e Maeyama (1973: 28-29) chamam a atenção para este fator, como sendo crucial na tendência de fixação de muitos japoneses no Brasil, após a derrota do Japão na II Guerra Mundial. Com a reformulação dos planos de muitos imigrantes japoneses, e com o desenvolvimento da geração dos *nisei*, constata-se entre os japoneses e seus descendentes uma tendência de assimilação no Brasil. Esse contexto internacional e nacional proporciona a base sólida para o movimento de fixação e permanência de muitos japoneses e descendentes no Brasil (*ibid.*). Apesar de serem em pequenos números, esses *issei* e *nisei* passam a buscar um espaço étnico para uma identidade baseada em duas culturas, mostrando e apelando assim para a identidade nipo-brasileira no Brasil (Tsuda, 2001: 425, Lesser, 1999: 123-124).

Em todo caso, a estabilidade econômica ao passar dos anos reforçou também essa tendência dos imigrantes em querer permanecer no país. Saito e Maeyama (1973: 28-29) argumentam que a estabilidade econômica se deu de forma paralela à assimilação gradativa da cultura brasileira. A decisão de permanecer no Brasil é o resultado de uma experiência baseada nos anos passados no país, a qual se mostrava claramente que uma vida próspera só poderia ser alcançada caso investissem a longo prazo. Essa mentalidade é característica dos

japoneses que procuraram assimilar a cultura brasileira, integrando-se ao modo de vida do país.

2.6 A imigração japonesa a partir de 1952

Em 1952, dentro dessa fase tumultuosa do pós-guerra, em que ainda regia o sentimento anti-nipônico da sociedade brasileira, dá-se o reinício da imigração japonesa ao Brasil. Esse movimento passa a tomar forma primeiramente pela chamada dos parentes (Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992: 383). Tendo em vista os problemas da presença japonesa no estado de São Paulo, toma-se a decisão de levar parte dos novos imigrantes japoneses para outras áreas no Brasil, fora daquele estado (Nogueira, 2000: 52; Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992: 381-382). No entanto, muitos dos novos imigrantes foram introduzidos no estado de São Paulo para o trabalho da sericultura e agricultura (Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992: 383-385).

Após a II Guerra Mundial, aproximadamente 54.000 imigrantes entraram no Brasil entre 1952 e 1988. Segundo Lesser (1999: 169) ocorreu um choque cultural entre os imigrantes antigos, e os novos que vieram a partir de 1952.

Older Japanese immigrants were shocked by the new attitudes toward everything from the emperor to sexual relations. The newcomers were equally aghast: they had trouble understanding old dialects filled with Japanized Portuguese words, and wondered if earlier immigrants had become “Brasil-bokē” (made nuts by Brazil). Along ... Okinawans came tens of thousands of Chinese and Korean immigrants who were stunned to find that in Brazil they had become “Japanese”.

Após a II Guerra Mundial o *nisei* passa a considerar o Brasil gradativamente como sendo a sua nação, em vez do Japão (Tsuda, 2001: 425). Assim, ocorre uma mudança na atitude entre os nipo-brasileiros no Brasil. Essa segunda geração de imigrantes japoneses deixa de enfatizar a sua identidade étnica japonesa como sendo uma forma de reação ao movimento anti-nipônico e passa a assimilar a cultura brasileira e a concretizar a ideia de fixação no Brasil (Tsuda, 2001: 426).

Ao mesmo tempo, entende-se que a migração japonesa para o Brasil passa a diminuir fortemente, após o seu primeiro decênio de reabertura, como se lê na tabela seguinte.

Tabela 5: Número de Imigrantes Do Pós Guerra, Segundo sua Categoria.

<div style="display: inline-block; transform: rotate(-45deg);"> Categoria Ano </div>	Lavoura	Técnicos	Comércio e outros	Vindos por chamadas nominais	Total
1952-59	16.191	251	44	14.124	30.610
1960-69	8.191	1.365	539	8.406	18.619
1970-79	1.564	3.377	41	628	3.610
1980	67	58	7	56	188
1981	80	32	4	45	161
1982	13	16	0	32	61
1983	58	5	0	21	84
1984	44	0	1	15	60
1985	19	0	4	22	45
1986	31	0	0	20	51
1987	23	0	0	17	40
1988	25	1	0	0	26
Total	26.424	3.105	640	23.386	53.555

Fonte: Estatística da emigração ultramarina. JICA (Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992: 424).

Através dessa tabela constata-se a queda de interesse gradativo de emigrar do Japão para o Brasil. Esse movimento baixa drasticamente nos anos 70 e, especificamente, como consequência da recessão internacional engendrada pela crise econômica de 1973. É nesse mesmo decênio que o Japão entra numa fase de desenvolvimento e crescimento econômico. O *Nippon Maru* foi o último navio em março de 1973 que entrou no Porto de Santos com imigrantes japoneses (Nogueira 2000: 52; Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992: 434).

Segundo Nakasumi e Yamashiro (1992) não se constata em outros países, que receberam a migração japonesa um contexto semelhante ao do Brasil. Isso porque, tanto os Estados Unidos, quanto o Peru, só receberam a migração japonesa antes da II Guerra Mundial. Por outro lado, o Paraguai e a Bolívia, que na fase anterior à II Guerra Mundial não tinham recebido a migração japonesa, passaram a desenvolver um quadro diferente após a II Guerra Mundial. A Argentina, embora tenha comemorado o centenário da migração japonesa em 1986, possui um número restrito de imigrantes e descendentes japoneses. O Brasil é o país, com a maior comunidade *nikkei* no mundo fora do Japão (Nakasumi, Yamashiro, *et al.*, 1992: 429).

Outro aspecto importante é o deslocamento maciço desses imigrantes das zonas rurais para as zonas urbanas (Nogueira 2000: 52). Ele mostra como os japoneses e nipo-brasileiros passaram por um processo de fixação e mobilidade social ao longo dos anos dentro da sociedade brasileira (Nogueira, 2000:53). É também relevante o aumento da presença do mestiço, através do casamento interétnico na fase pós-guerra (Kiyotani, Yamashiro *et al.*, 1992: 443).

2.6.1 A construção da identidade étnica dos nipo-brasileiros

Segundo os dados da década de 1990, após meio século, a população nipo-brasileira atingiu a cifra de aproximadamente 1,2 milhão de habitantes no Brasil. As mudanças, provocadas pelo processo histórico de adaptação e integração dos nipo-brasileiros à sociedade brasileira, se refletiram na inserção dos mesmos na classe média urbana do Brasil (Tsuda, 2001: 426).

No entanto, segundo Roth (2002: 23): “In Brazil, Nikkeijin have developed a sense of themselves as Brazilians, but this has not come at the expense of their sense of continuity with their Japanese heritage.”

Adachi também interpreta a identidade dos nipo-brasileiros com sendo algo que coexiste: “... this dual identity, then is not a hybrid product of two ethnic cultures - instead, their identity is very dynamic and contingent – that is, dependent on venue, social context, and personal motivation – as reflected by how they see themselves.” (Nobuko Adachi, 2006: 110).

Essa identificação é reforçada nos anos 80, na época da crise econômica no Brasil, quando a geração dos nipo-brasileiros passa novamente a se identificar mais com a identidade étnica japonesa, do que com a nação brasileira. Tal mudança de atitude se deve ao fato de o desenvolvimento e imagem do Japão terem alterado nos anos 80, quando o país passa a ressurgir como potência econômica (Reichl, 1995: 46). Essa imagem é utilizada como um atributo positivo para a identidade étnica dos descendentes de japoneses no Brasil (*ibid.*). Essa imagem é diferente das atitudes e esforços de assimilação feitos logo após o período pós-guerra pelos japoneses e nipo-brasileiros, que renegaram a sua etnicidade japonesa para poder escapar da discriminação no Brasil (Tsuda, 2001: 426).

Não são apenas os descendentes de japoneses que utilizam a imagem positiva do país dos seus antepassados para a construção da identidade no Brasil.

De acordo com Lesser (2007: 1): “... Millions of Paulistanos constantly reshaped their identities to take advantage of ethnicities created by immigrant ancestors and Brazilian nationhood.”

Para Reichl (1995) pode se interpretar a etnicidade como sendo uma forma de negociação ou expressão, mas não como um atributo individual, como é o caso dos nipo-brasileiros que, ao solicitarem numa empresa japonesa, procuram mostrar o conhecimento da língua japonesa, ou outros aspectos que os identifiquem com esse grupo étnico (Reich, 1995: 54). Ao contrário, entende-se que ao solicitarem numa empresa brasileira, eles procuram enfatizar a habilidade do idioma português, apresentando-se como cidadãos brasileiros (*ibid.*).

De qualquer forma, a identidade japonesa é agregada aos nipo-brasileiros por uma grande parte dos próprios brasileiros sem descendência japonesa (Maeyama, 1984: 448), fortificando assim ainda mais a imagem da identidade étnica japonesa, diferente de outros grupos étnicos no Brasil, como os alemães e italianos. No entanto, não se interpreta essa imagem em torno da identidade japonesa como sendo discriminação racial (Saito, 1976: 15-20). Ironicamente Adachi (2001: 174) chama a atenção ao mencionar: “... Regardless of their economic success, Japanese-Brazilians are not able to join the new upper classes as full fledged members, as other immigrants (like Italians and Germans).” Mesmo que seja notável a imagem positiva dos japoneses no Brasil, a qual se reflete na mídia, nos produtos comerciais, assim como no desenvolvimento econômico e social desse grupo dentro da sociedade (Lesser, 2007: 14). Uma imagem que é proveniente da criação e herança étnica da cultura japonesa presentes nos nipo-brasileiros (Maeyama, 1996: 398).

Existem assim vários fatores atuando na construção que se tem da identidade “japonesa” dos nipo-brasileiros no Brasil. Um desses é sem dúvida a descendência, interpretada no Japão como sendo essencial para a identidade étnica japonesa (Kajita, 1994: 170), e levada em consideração para a legalização do fenômeno da migração de “retorno”.

2.7 O fenômeno do “retorno” e a questão da identidade dos consanguíneos

Uma migração de “retorno” demanda uma avaliação do cenário que causa esse fenômeno, quer dizer, do contexto e das medidas adotadas nessa forma de migração, construindo o paradoxo que se interpreta como “retorno”.

No quadro da história da migração japonesa para o Brasil, apesar de os descendentes de japoneses terem assimilado a cultura brasileira e integrado no Brasil, o que é notável nos

últimos trinta anos do século XX, são a associação e os vínculos desses descendentes com a identidade japonesa (Lesser, 2007).

O reflexo da transformação desse cenário vem à tona, quando o Brasil passa por uma forte recessão econômica na década de 1980, a qual se estende até o início da década de 1990, sendo caracterizada por um período de hiperinflação (Sachs, Wilhelm e Pinheiro, 2009: xii). Essa época deixa muitos brasileiros decepcionados com a situação instável da política e da economia, e com a falta de perspectiva de futuro no país em que a solução dos problemas seria a curto prazo (Skidmore, 2010: 187-188). Nesse período a deterioração simultânea da infraestrutura e dos serviços públicos, o aumento do desemprego e a hiperinflação atingem todas as camadas sociais brasileiras, porém, cabe destacar que é principalmente na classe média e baixa, que o impacto é maior (Skidmore, 2010: 188-189).

Em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, Margolis ilustra o cenário no Brasil: os fluxos emigratórios na época, com a saída para o Japão de 2,000 nipo-brasileiros por mês em 1989, assim como a emigração de brasileiros, filhos ou netos de espanhóis e italianos, que tiram os passaportes dessas nacionalidades (Margolis, 1994: 3-4). Partem do Brasil em torno de 1,4 milhões de brasileiros entre os anos de 1986 e 1990 (*ibid.*).

Observa-se assim um movimento migratório de “retorno” dos descendentes dos emigrantes provenientes da Europa e da Ásia. Nessa mesma época, uma grande proporção de brasileiros também emigrou para os Estados Unidos (Skidmore, 2010: 188), porém, trata-se aqui de um fenômeno diferente (Margolis, 1994).

Existe um fator importante diferenciando a migração de “retorno” dos descendentes europeus e japoneses. No caso da migração para o Japão não se concede a nacionalidade japonesa aos descendentes de japoneses, mas o visto,³⁶ enquanto os descendentes europeus, como por exemplo, os alemães, espanhóis, italianos recebem a cidadania do país dos seus antepassados. O Brasil inverte no final da década de 1980 o seu papel de um país de imigração para o de emigração (Margolis, 1994: 3-4).

Em contraste com o Brasil, o Japão usufruía entre o período de 1986 até 1991 de um enorme crescimento econômico denominado como *baburu keizai*, a economia da bolha artificial (Sellek, 2001: 7). Esse crescimento da economia japonesa possibilitou através da exportação de produtos japoneses, sobretudo da indústria automobilística e de equipamentos

³⁶ A nacionalidade japonesa é apenas concedida para os descendentes *nisei* que possuem o registro de família, ou seja, *koseki tōhon* (戸籍謄本) no Japão.

eletrônicos, que o Japão se tornasse na época a segunda maior potência econômica mundial (Yoshioka, 1995: 82-83). Todavia, todo esse crescimento econômico resultou também numa determinada carência dentro da economia japonesa, levando à escassez da mão de obra (Sellek, 2001: 7). Se, por um lado, os japoneses e os nipo-brasileiros no Brasil eram confrontados com a recessão brasileira, com a desvalorização da moeda, hiperinflação, por outro lado, a escassez da mão de obra no Japão, e seus altos salários, eram um determinante atrativo para os “japoneses” no Brasil.

É durante esse período, em 1985, que a primeira propaganda de oferta de trabalho no Japão foi publicada num jornal japonês da comunidade nipo-brasileira no Brasil (Mori, 1992: 149). Esse aspecto ilustra o interesse das empresas japonesas direcionado em chamar os japoneses e seus descendentes no além-mar para suprir a demanda do mercado.

O crescimento econômico do Japão na década de 1980 e a enorme demanda de trabalhadores para serviços de mão de obra não qualificada proporcionou o problema do aumento da imigração ilegal no país (Sellek, 2001:9). Paralelamente, o aumento da presença dos ilegais passa a ser tratada como uma preocupação de ordem social e não econômica no Japão (Sellek, 2001: 11), embora a porcentagem de ilegais no final da década de 1980 e início dos anos de 1990 fosse equivalente a aproximadamente 1% da população japonesa (Lie, 2001: 19). A política migratória no Japão passa a atuar contra a ilegalidade dos outros imigrantes asiáticos como paquistaneses, filipinos, iranianos, bangladeshianos, coreanos e chineses, dando assim a entender uma preferência aos descendentes de japoneses nascidos no exterior (Roth, 2002: 9). Essa preferência é explícita com as medidas adotadas pelo governo japonês em 1989, que passa a multar e condenar à prisão os empregadores que admitissem ilegais para trabalhar (ibid.).

Essa situação leva o governo japonês a modificar a lei de imigração, legalizando assim a migração de “retorno” dos descendentes de japoneses, *nikkeijin*, como forma de solução mais conveniente para suprir a demanda de trabalho do mercado e o influxo de ilegais (Kajita, 1994: 172). Assim, no dia 1º de junho de 1990 tem-se a reforma da Lei de Imigração, “Controle de Imigração e Reconhecimento de Refugiados”, através da qual se legaliza a migração dos *nisei* e *sansei* (Sellek, 2001: 9), mudando e facilitando a entrada e permanência dos descendentes de japoneses no Japão (Shindo, 1999: 205).

No Japão, essa política adotada é difundida pelo governo japonês como sendo uma oportunidade concedida ao *nikkeijin* (descendentes de japoneses) para conhecer o país dos

seus antepassados explorando assim a sua herança étnica através dessa experiência de vida (Kajita, 1994: 170).

Nesse sentido, esse fenômeno é favorecido pela mudança de atitude do governo japonês, que visa na época as pressões econômicas e políticas do país, assim como a conscientização das características em comum do fator étnico transnacional dos descendentes de japoneses dispersos no além-mar (Tsuda, 1999: 11). Essa migração de “retorno” representa, então, a solução viável para o problema “social” das migrações ilegais de outros grupos de imigrantes, sem a descendência japonesa (Sellek, 2001; Roth, 2002), por não representarem uma ameaça heterogênea para o mito da “homogeneidade racial” mantida no país (Tsuda, 1999: 11). Sobre esse mito mantido pelas entidades governamentais do Japão, Douglass e Roberts argumentam:

One of the most persistent beliefs held by government, citizens and even scholars alike in Japan is that the nation has no history of immigration. This belief is fundamental to current policies and debates about immigration. Because it perpetuates the idea that Japan consists of a single race of people, who have a single cultural origin and continuity without direct contribution of foreigners, it is used to justify the position that immigration is an assault on the racial purity of Japan. (Denoon *et al.*, 1996; Douglass e Roberts, 2003: 10-11).

Essa postura ideológica e antagônica mantida pelas entidades japonesas de se ter no país a “homogeneidade” racial leva à marginalização política, social, econômica e cultural das minorias étnicas, tais como coreanos, chineses, ainu, *burakumin*, etc. (Weiner: 2009: xvi-xvii; Lie: 2001: 3-4). Um exemplo de como essa ideologia e história de “homogeneidade” é empregada se reflete no discurso das gerações dos 528,450 coreanos no Japão, que são considerados pela lei japonesa como *residentes permanentes* (Sellek, 2001: 9) apesar de se tratar das gerações provenientes da migração maciça que ocorreu de 1910-1945, quando a Coreia estava sob o domínio do Império japonês. Em virtude da anexão da Coreia em 1910, os coreanos deixam de ser vistos como estrangeiros (Yamawaki *et al.*, 2003: 39). Contudo, essa situação muda em 1945. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão perde a guerra e conseqüentemente as suas colônias do período imperialista (Yamawaki *et al.*, 2003: 39). Apesar de uma parte da população dos colonos ter optado em retornar para a Coreia, outras centenas de milhares de coreanos optaram em permanecer no Japão após o período colonial (Douglass e Roberts, 2003: 6). Ao contrário da época do período colonial, os coreanos e descendentes que permaneceram no Japão deixam de ter o direito à nacionalidade japonesa e passam a ser vistos por meio da identidade coreana (Yamawaki *et al.*, 2003: 39). Apesar disso se ignora na literatura japonesa a existência das minorias étnicas no país provenientes do

passado, como são também os casos dos chineses *ainu*, *burakumin* e *okinawanos* (Weiner, 2009: xiv)

Em comparação com o Ocidente constata-se no Japão um posicionamento diferente de raça e etnicidade. Como se observa por exemplo nos casos dos *burakumin* e *okinawanos*. Apesar de se reconhecer a existência das diferenças nesses casos, compreende-se que não se concede o *status* de minoria étnica a esses grupos, dado que etnia é uma questão racial no Japão (Lie *et al.*, 2003: 82). Desse modo predomina o paradigma de um país homogêneo, monoétnico e puro, que nega a existência de minorias étnicas que mostrem a heterogeneidade do país (Weiner, 2009: xv-xvi; Lie *et al.*, 2003: 82-84).

Por outro lado, essa postura ideológica mantida no Japão de “homogeneidade” etnoracial é combatida pelos estudiosos ocidentais, acadêmicos, que interpretam esse paradigma como um mito. Um mito dominante que delinea a construção da interpretação que se tem da identidade japonesa. Segundo Lie (2001: 4-5): “...the contemporary discourse of *Japaneseness*, or Japanese identity, which insist on the class, cultural, and ethnic homogeneity of Japan.”

Desse modo quando *nisei* e *sansei* comprovam a descendência japonesa, eles passam a ter o direito de receber um visto de permanência para viver e trabalhar no Japão por três anos e um ano consecutivamente, assim como os cônjuges, não havendo problemas para a renovação após a expiração desse prazo (Yoshioka, 1995:86-87; Shindo, 1999: 205).

Nessa época, os nipo-brasileiros interessados em migrar do Brasil para trabalhar no Japão são facilitados por empréstimos feitos com os recrutadores, subsidiando os custos, e facilitando o vínculo com os intermediários no Japão (Mori, 1992: 149-150). Segundo Tsuda (1999: 2) ao lado dessa pressão econômica no Brasil, o fator étnico e sociocultural constitui a base para esse fenômeno migratório, que ocorre entre países com uma enorme distância geográfica. A sincronia desses acontecimentos acima mencionados nas políticas de ambos países forma o quadro que desencadeia o retorno dos emigrantes japoneses, *issei* (primeira geração) e a legalização da migração de “retorno” dos descendentes *nisei*³⁷ (segunda geração) e *sansei* (terceira geração) para o Japão.³⁸

³⁷ O imigrante *nisei* que é registrado no Japão no registro de família, ou seja, *koseki tōhon* (戸籍謄本) entra no país como japonês.

³⁸ Em Belém, dois conhecidos fizeram parte da migração de retorno para o Japão em silêncio. Um era *issei* e o outro *nisei* (com registro japonês, portanto considerado japonês no Japão). Em ambos os casos, a migração para o Japão não foi comentada ou anunciada. Pelo contrário, pouco se sabia ou se falava dos dois casos, os quais vieram à tona após um período de ausência. Desses dois, apenas um retornou após um ano, e foi visível com a

2.7.1 Os consanguíneos: de imigrante ilegal para legal

O movimento de “retorno” dos descendentes de japoneses, que não possuíam o registro japonês e que trabalhavam com o visto de turista na década de 1980, era ilegal (Yoshioka, 1985: 84). Os imigrantes eram trabalhadores temporários, *dekasegi*, os quais realizam trabalhos conhecidos pelos três K’s, ou seja, *kitsui*, *kiken* e *kitanai*, traduzidos como, pesado, perigoso e sujo (Sasaki, 2002: 119). Numa economia em prosperidade, esses são os trabalhos, que os japoneses não querem realizar (Ninomiya, 2002: 249). Não apenas no Japão, de forma geral, essa é uma característica dos países desenvolvidos.

Como os descendentes de japoneses nascidos no exterior são consanguíneos, eles não simbolizam uma ameaça heterogênea para a homogeneidade do Japão. Por essa razão, os emissários das empresas japonesas passaram a recrutar os emigrantes pós-guerra para atender à demanda do mercado de trabalho de mão de obra não qualificada (Yoshioka, 1995: 84).

Aqui, torna-se claro o papel das redes, proporcionando, desenvolvendo e direcionando o fenômeno da migração do “retorno”. Nesse contexto, o governo japonês não se limita apenas ao recrutamento do *issei*, uma vez que esse grupo não supre a demanda do mercado de trabalho. Assim recruta-se também os *nisei*, apesar de a migração não ser legalizada nos anos 80 (*ibid.*). Nessa época o *nisei* entra no Japão com visto de turista de 90 dias (Ninomiya, 2002: 249) podendo renová-lo por mais 90 dias (Yoshioka, 1995: 84) para após ser substituído por um visto de visita a parentes, concedendo a permissão de permanecer e trabalhar no território japonês num total de um ano (Ninomiya, 2002: 249). Yoshioka (1995: 85) afirma que nessa época a fiscalização do Ministério do Trabalho no Japão parecia ignorar as irregularidades constatadas nos vistos dos trabalhadores, possivelmente, por se haver um determinado consenso entre as empresas e o governo, o qual visava a necessidade de mão de obra para manter a produção no Japão.

De forma geral, no Brasil, esse fenômeno é promovido através das propagandas de ofertas de trabalhos nos jornais japoneses, que atendem a comunidade nipo-brasileira, assim como pelas empreiteiras ou *brokers*, e mesmo, pelas histórias das pessoas que retornaram após terem migrado na década de 1980 (Yoshioka, 1995; Roth, 2002). Predomina, então, uma rede em torno desse “retorno” recrutando os interessados nipo-brasileiros para o movimento *dekasegi* e os direcionando para as áreas industriais no Japão com ofertas de trabalho

sua volta que estava em condições financeiras de ajudar a sua família e de montar o seu próprio negócio. O fato de se tornar visível a aquisição de bens, influenciou na época outros nipo-brasileiros conhecidos a passarem a considerar a migração para o Japão.

(Yoshioka, 1995: 89-95). É dentro dessa estrutura que essa migração passa a constar de famílias inteiras, incluindo membros sem ascendência japonesa, e descendentes sem o mínimo ou nenhum conhecimento do idioma japonês (Sasaki, 2002: 121-122). Um cenário inesperado no Japão, quando a lei de imigração foi revista para os descendentes de japoneses (Kajita, 1994: 168), sobretudo, numa época em que a migração passa a tomar uma forma permanente no Japão (Sellek, 2001:11).

Assim, a falta de conhecimento da cultura e língua japonesa não é interpretada por inúmeros nipo-brasileiros e brasileiros como uma barreira para a migração ou permanência no Japão uma vez que:

Many small manufacturers and other businesses used brokers because they did not have the means to recruit Nikkeijin on their own. In addition brokers provided a variety of services necessary to maintain these workers. Brokers arranged to rent apartments from landlords, to help fill out documents necessary to renew visas, and to look after multitude of issues that migrants faced in adjusting to work and life in Japan (Roth, 2002: 66).

Dentro desse contexto desenvolve-se a migração de “retorno” dos nipo-brasileiros, a qual se intensifica de forma notável após a reforma da lei (Edson Mori, 2002: 242). Em virtude da rede em torno do movimento *dekasegi*, a migração de “retorno” dos descendentes de japoneses é viável para qualquer descendente, tanto para emigrar do Brasil para o Japão, quanto para permanecer nesse país.

Apesar de a ênfase dada na maior parte dos estudos ser a econômica, constata-se inúmeros aspectos proporcionando o volume desse fluxo migratório, que atinge em 2007 o ápice de 316,967 imigrantes brasileiros registrados no Japão.³⁹ Sob essa política o Brasil sobressai-se por ser o país com o maior número de descendentes japoneses fora do Japão (ver tabela 1).⁴⁰ Logo em seguida vem o Peru, mas com um número proporcionalmente menor de descendentes.

Na tabela seguinte analisa-se o número de estrangeiros em transição registrados no Japão segundo o lugar de nascimento.

³⁹ Apresento uma estimativa do número de estrangeiros no Japão, segundo os dados obtidos pelo site do governo japonês. Nessa tabela não se leva em consideração os ilegais, e nem os nipo-brasileiros que possuem a dupla nacionalidade, uma vez que o governo japonês não reconhece a dupla cidadania no Japão.

⁴⁰ O Brasil é o país na América do Sul com a maior concentração de japoneses e descendentes (Edson Mori, 2002: 238).

Tabela 6: O número de imigrantes registrados no Japão.⁴¹

nacionalidade	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	1.354.011	1.362.371	1.415.136	1.482.707	1.512.116	1.556.113	1.686.444	1.778.462	1.851.758	1.915.030	1.973.747	2.011.555	2.084.919	2.152.973	2.217.426	2.186.121	2.134.151	2.078.508
Coreia	676.793	666.376	657.159	645.373	638.828	636.548	635.269	632.405	625.422	613.791	607.419	598.687	598.219	606.889	655.377	680.518	687.156	674.879
percentagem	50%	49%	46%	44%	42%	41%	38%	36%	34%	32%	31%	30%	29%	28,19%	29,56%	31,13%	32,20%	32,47%
China	218.585	222.991	234.264	252.164	272.230	294.201	335.575	381.225	424.282	462.396	487.570	519.561	560.741	593.489	589.239	578.495	565.989	545.401
percentagem	16%	16%	17%	17%	18%	19%	20%	21%	23%	24%	25%	26%	27%	27,57%	26,57%	26,46%	26,52%	26,24%
Brasil	159.619	176.440	201.795	233.254	222.217	224.299	254.394	265.962	268.332	274.700	286.557	302.080	312.979	316.967	312.582	267.456	230.552	210.032
percentagem	12%	13%	14%	16%	15%	14%	15%	15%	14%	14%	15%	15%	15%	14,72%	14,10%	12,23%	10,80%	10,10%
Filipinas	85.968	74.297	84.509	93.265	105.308	115.685	144.871	156.667	169.359	185.237	199.394	187.261	193.488	202.592	210.617	211.716	210.181	209.376
percentagem	6%	5%	6%	6%	7%	7%	9%	9%	9%	10%	10%	9%	9%	9,41%	9,50%	9,68%	9,85%	10,07%
Peru	35.382	36.269	37.099	40.394	41.317	42.773	46.171	50.052	51.772	53.649	55.750	57.728	58.721	59.696	59.723	57.464	54.636	52.843
percentagem	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	2,77%	2,69%	2,63%	2,56%	2,54%
Estados Unidos	43.320	43.198	44.168	43.690	42.774	42.802	44.856	46.244	47.970	47.836	48.844	49.390	51.321	51.851	52.683	52.149	50.667	49.815
percentagem	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2,41%	2,38%	2,39%	2,37%	2,40%
Outros	134.344	142.800	156.142	174.567	189.442	199.805	225.308	245.907	264.621	277.421	288.213	296.848	309.450	321.489	337.205	338.323	334.970	336.162
percentagem	10%	10%	11%	12%	13%	13%	13%	14%	14%	14%	15%	15%	15%	14,93%	15,21%	15,48%	15,70%	16,17%

Fonte: Ministério da Justiça do Japão, 2012 [国籍 (出身地) 別外国人登録者数の推移] (*Kokuseki (shushinchi) betsu gaikokujin tōrokushyasu no sui*).

⁴¹ Opta-se pela fonte do ministério da Justiça do Japão neste livro. Uma outra opção são os dados através do site (*Statistical Research and Training Institute*) <http://www.stat.go.jp/english/data/handbook/index.htm>. Porém, esse site mostra dados num espaço de tempo de cinco em cinco anos.

Esse número não inclui os descendentes de japoneses que possuem *koseki tōhon* (戸籍謄本), isto é, o registro civil de família.⁴²

De acordo com os dados da fonte em 2006 o maior grupo de imigrantes vivendo no Japão são os coreanos, ultrapassados pelos chineses no ano de 2007, quando estes passam a ser o maior grupo. Em terceiro lugar seguem os nipo-brasileiros e brasileiros registrados no país.⁴³ Após 2007 observa-se que o número de imigrantes provenientes do Brasil passa a decrescer no Japão.⁴⁴

É importante compreender também que há no Japão muitos nipo-brasileiros, que não estão registrados nessa tabela por terem um registro japonês, feito pelos pais ao nascerem no Brasil. Esses nipo-brasileiros registrados no consulado ou na embaixada japonesa no Brasil são considerados no Japão japoneses, por isso não se obtém dados estatísticos concretos dessa porcentagem.⁴⁵ Nessa tabela inclui-se apenas os dados dos imigrantes provenientes do Brasil com visto. A generalização na tabela utilizada para “outros” insere os imigrantes provenientes dos países asiáticos como: Vietnã, Tailândia, Índia e Nepal.

Com relação à migração dos *nikkei*, pode-se afirmar que ela foi proporcionada pela mudança de atitude do governo japonês, por ser uma solução viável para as pressões econômicas e políticas desse período (Tsuda, 1999: 11). De acordo com os dados, entende-se que é após a reforma na lei, no início da década de 1990, que ocorre uma enorme intensificação do movimento da migração de “retorno” para o Japão (Edson Mori, 2002: 242). Esse “retorno” para o Japão é promovido no Brasil através das propagandas nos jornais japoneses que atendem a comunidade nipo-brasileira no Brasil, assim como pelas empreiteiras ou *brokers* ou mesmo pelas histórias das pessoas que retornaram após terem migrado na década de 1980 (Yoshioka, 1995; Roth, 2002). Órgãos como o CIATE⁴⁶ são fundados para

⁴² A nacionalidade japonesa é concedida aos descendentes de japoneses nascidos no exterior através do registro civil. A dupla nacionalidade dos filhos de japoneses é reconhecida no Brasil, mas não no Japão, onde os portadores do registro civil (*koseki tōhon*) são considerados apenas japoneses.

⁴³ Ao contrário dos descendentes de japoneses, que são denominados como nipo-brasileiros neste trabalho, utiliza-se o termo brasileiro para indicar os outros imigrantes nascidos no Brasil, mas sem a descendência japonesa.

⁴⁴ Lê-se no capítulo 4 deste livro mais detalhadamente sobre o regresso para o Brasil, entre outros, dos nipo-brasileiros que aceitaram a assistência financeira do governo japonês.

⁴⁵ Tsuda (2003c) considera de acordo com os dados na sua pesquisa que se tem uma porcentagem de aproximadamente 10% de nipo-brasileiros no Japão que não estão registrados como brasileiros por terem *koseki tōhon*.

⁴⁶ CIATE (Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior) foi criado pelo Ministério do Trabalho Japonês em 1992. Esse órgão tem como função informar e organizar o fluxo migratório dos trabalhadores nipo-

dar assistência aos nipo-brasileiros interessados em migrar para o Japão (Yoshioka, 1995: 90). Predomina, portanto, uma rede em torno desse “retorno” através das propagandas de oferta de trabalho e das agências intermediárias (*brokers*), recrutando os interessados nipo-brasileiros para o movimento *dekasegi* e os direcionando para as áreas industriais no Japão com ofertas de trabalho (Yoshioka, 1995: 89-95). Essas redes sociais representam dentro do processo migratório uma reação dinâmica cultural desse grupo étnico. Dá-se assim a origem do que se denomina como a “indústria migratória” (Sellek, 2001: 8). Essa indústria inclui, entre outras, as pessoas que se envolveram e se desenvolveram nesse processo, tais como: os consultores, agentes de viagens, contrabandistas, empreiteiras, advogados (Sellek, 2001: 8-9).

Entende-se também que é nos anos 90 que a migração de “retorno” dos nipo-brasileiros passa a constar de famílias inteiras, incluindo membros sem ascendência japonesa, e descendentes sem o mínimo ou nenhum conhecimento do idioma japonês (Sasaki, 2002: 121-122). Esse cenário foi inesperado no Japão, quando a lei de imigração foi revista para os descendentes de japoneses (Kajita, 1994: 168). Sobretudo numa época, em que a migração passa a tomar uma forma permanente no Japão (Sellek, 2001: 11).

2.7.2 O quadro socioeconômico: “retorno” ou jornada temporária transnacional

Nessa fase, a falta de conhecimento da cultura e língua japonesa não é interpretada por inúmeros nipo-brasileiros e brasileiros como uma barreira para a migração ou permanência no Japão uma vez que:

Many small manufacturers and other businesses used brokers because they did not have the means to recruit Nikkeijin on their own. In addition brokers provided a variety of services necessary to maintain these workers. Brokers arranged to rent apartments from landlords, to help fill out documents necessary to renew visas, and to look after multitude of issues that migrants faces in adjusting to work and life in Japan (Roth, 2002: 66).

Assim, mediante essa rede em torno do movimento *dekasegi*, a migração de “retorno” dos descendentes de japoneses é viável para qualquer descendente, tanto para emigrar do Brasil para o Japão, quanto para permanecer nesse país.

Ainda que o Japão tenha entrado em recessão no final de 1991 (Sellek, 2001: 10) o movimento migratório não diminuiu, e os nipo-brasileiros continuaram tendo trabalho.

brasileiros ao Japão. Restringe-se ao esclarecimento das pessoas que pretendem ir ao Japão aconselhando-as como devam proceder no mercado de trabalho japonês, e que precauções devam tomar perante as empreiteiras ou *brokers* (Yoshioka, 1995: 90-91).

Tanno (2001: 225-258) analisa como os nipo-brasileiros são empregados dentro do mercado de trabalho japonês, desde o início do movimento. De acordo com Tanno, durante a economia da bolha (*baburu keizai*) os nipo-brasileiros são empregados para reduzir o enorme problema da escassez da mão de obra no Japão, enquanto, após o início da recessão que causou a estagnação da economia, os *dekasegi* passam a ser os empregados mais flexíveis nos locais de trabalho, os quais por terem essa posição são os primeiros a serem dispensados, caso a demanda de trabalho diminua (*ibid.*). Dentro desse contexto, observa-se o aspecto temporário do tipo de trabalho oferecido aos imigrantes, nesse caso consanguíneos.

2.7.3 O quadro da segunda geração de imigrantes

Um debate importante dentro do fluxo migratório do “retorno” para o Japão é a inserção dos filhos dentro desse fenômeno (Aoi Tsuda, 2005: 496). É durante a extensão desse fenômeno que se constata também um aumento considerável do número de crianças nascidas no Japão (*ibid.*). Crianças que, provavelmente na sua maioria irão estudar nesse país. Um país, onde o ensino é dividido em privado e público e é obrigatório dos seis até os quinze anos de idade (Ninomiya, 2002: 251).

No seu discurso Yamanaka (2006:101) apresenta três opções de ensino oferecidas para as famílias nipo-brasileiras no Japão: as escolas públicas japonesas, as escolas privadas brasileiras, ou *nem uma e nem outra*. Essa última opção reflete o problema dos filhos que abandonam o ensino japonês ou brasileiro, ora pela questão da língua e cultura, ora por motivos financeiros dos pais.

É importante considerar que o sistema educacional japonês é diferente do sistema de ensino brasileiro. No Japão não existe no ensino obrigatório da escola pública o sistema de repetição, ou seja, só se precisa perguntar a série da criança para se saber a sua idade (Ninomiya, 2002: 252). Os estudantes no ensino médio público têm como exigência escolar a obrigação de terem assistido a um determinado número mínimo de horas das aulas ministradas para poderem encerrar essa fase escolar (*ibid.*).

Apesar das famílias optarem pelo ensino público japonês, nota-se a preocupação dos pais em manterem o idioma português em casa com os filhos. Porém, por causa das longas jornadas de trabalho, e o contato limitado com os filhos em casa, percebe-se a impossibilidade de se conseguir manter o idioma português com os filhos, causando assim problemas de

comunicação na relação de pais e filhos (Linger, 2001: 313; Tsuda, 2009 b: 223, Tsuda, 2003c: 273).

Um outro cenário constata-se com as crianças que ingressam nas escolas japonesas a partir dos 10 anos de idade (Yamanaka, 2006: 101-102). Essas crianças também possuem acesso ao ensino público japonês. Contudo, existe uma diferença nítida de tratamento, que se nota na atitude de indiferença das instâncias controladoras. Por exemplo, os imigrantes não são punidos por lei, como os japoneses, caso os filhos não frequentem o ensino obrigatório (Ninomiya, 2002: 251). Além disso, os pais que decidem enviar os filhos para o ensino público japonês conseguem matricular o filho, independente de se ter ou não lugar na turma em que o estudante é inserido (*ibid.*).

Como a instrução nas escolas públicas japonesas é em japonês, constata-se inúmeras dificuldades entre os filhos dos nipo-brasileiros que ingressam nessas escolas na idade acima dos 10 anos de idade (Yamanaka, 2006: 101-102). Evidencia-se a barreira da falta de conhecimento do idioma e da cultura, levando-os a terem inúmeros problemas no acompanhamento educacional nas escolas (Ninomiya, 2002: 253; Yamanaka, 2006: 106). Apesar do fenótipo japonês dos nipo-brasileiros, as crianças que não conseguem se comunicar na língua japonesa são marginalizadas, e muitas vezes também vítimas de *ijime* (bullying) na escola (Ninomiya, 2002: 253).

Além disso, por serem consideradas pela sua nacionalidade brasileira no Japão, as instituições municipais, não se preocupam em recrutá-las para o ensino no Japão (Yamanaka, 2006: 106). Ilustrando essa falta de dados do governo japonês sobre a questão do ensino dos estrangeiros,⁴⁷ de forma geral, a pesquisadora japonesa Maeda (2007: 33) aborda o seguinte quadro:

I explore the compulsory education system where the majority of immigrant students are enrolled. As mentioned, recent phenomenon demonstrates the drastic increase of immigrants coming to Japan, but Ministry of Education in Japan has done very little research and provided limited data regarding the number of immigrant students in public schools, the number of the mother languages they speak, and the number of supporting programs in prefectures (Ministry of Education, Culture, Sports, Science and Technology, 2004). the Ministry of Education does not further investigation and does not provide data such as high school and university entrance rate, dropout rate, school achievement, or other related data.

⁴⁷ A falta de dados não é apenas com relação às crianças nipo-brasileiras, apesar de Maeda não mencionar os outros grupos étnicos de imigrantes estrangeiros inseridos no ensino japonês público, interpreto que a pesquisadora se refere aos maiores grupos de imigrantes registrados no Japão. Assim, de acordo com o Ministério da Justiça de 2012 [国籍 (出身地) 別外国人登録者数の推移] (*Kokuseki (shushshinchi) betsu gaikokujin tōrokushyasu no suii*), os maiores números de imigrantes no Japão são provenientes da China, Coreia, Brasil, Filipina, Peru. Ver tabela 1.

As crianças nipo-brasileiras que não dominam nem o idioma e nem o sistema de valores culturais do país se deparam com um cenário pessimista, caracterizado pela falta de perspectiva de futuro (Linger, 2001: 67-68, 134-135).

De qualquer forma, o considerável aumento do número de imigrantes no ensino japonês gera uma situação que desafia o parâmetro do sistema educacional japonês, caracterizado por um cenário homogêneo, ou aparentemente homogêneo (Maeda, 2007: 35). Isso porque um dos maiores grupos de imigrantes no Japão, os *Zainichi Kankokujin*, ou seja, Coreanos da segunda ou terceira geração, omitem a sua identidade ou modificam os seus nomes, a fim de poder se proteger da discriminação no ensino, criando assim um cenário de aparência homogênea (Maeda, 2007: 35). O mesmo cenário é constatado também entre os filhos dos nipo-brasileiros, que ocultam a sua identidade a fim de evitar problemas de ostracismo ou *ijime* (Tsuda, 2009b: 223).

Ademais, apesar das várias reformas no ensino japonês e da implementação de programas especiais para auxiliar os filhos de estrangeiros na aquisição da língua e da cultura, ainda é extremamente difícil a concorrência com os japoneses nas provas de admissão para o ensino médio e universitário (Maeda, 2007: 36; Tsuda, 2009b: 223).

No Japão, os nipo-brasileiros e brasileiros também possuem a alternativa de poderem estudar em escolas particulares brasileiras. O estabelecimento dessas escolas, transnacionais, reflete o cenário de uma migração temporária (Tsuneyoshi, 2010: 145) na qual os imigrantes nipo-brasileiros pretendem manter o conhecimento do idioma português dos filhos, seguindo ao mesmo tempo o currículo escolar brasileiro (Ninomiya, 2002: 256) por ser reconhecido no Brasil (Tsuneyoshi, 2010: 139).

A possibilidade de se estudar numa escola particular brasileira existe em várias cidades no Japão, onde há uma grande concentração de nipo-brasileiros, mas a mensalidade escolar é considerada alta dentro do parâmetro econômico dos nipo-brasileiros. Há assim crianças e adolescentes sem acesso ao ensino educacional no Japão, as quais não estão nem inscritas nas escolas privadas brasileira e nem nas escolas públicas japonesas. Assim há a formação de grupos de adolescentes que vagam pelas ruas, criando uma percepção negativa no Japão dos adolescentes brasileiros (Yamanaka, 2006: 101-102). A indagação é então como a segunda geração de imigrantes lida com o ensino, a identidade e com os planos indefinidos dos pais no Japão dentro dos contextos de suas famílias?